

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO

ALESSANDRO MANOEL DA SILVA

**Comparecimento eleitoral e extremos ideológicos
na América Latina:**

Investigando padrões em contextos facultativos e obrigatórios.

Maringá

2022

ALESSANDRO MANOEL DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas na área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro

Maringá

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586c	<p>Silva, Alessandro Manoel da</p> <p>Comparecimento eleitoral e extremos ideológicos na América Latina : Investigando padrões em contextos facultativos e obrigatórios / Alessandro Manoel da Silva. – Maringá, PR, 2022.</p> <p>76 f.: il. color., figs., tabs., maps.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro. Coorientador: Prof. Dr. Rafael da Silva.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.</p> <p>1. Comparecimento eleitoral - Obrigatoriedade do voto. 2. Polarização ideológica - Extremismo ideológico. 3. Participação política - América Latina. I. Ribeiro, Ednaldo, orient. II. Silva, Rafael da, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 321.4</p>
-------	---

ALESSANDRO MANOTTI DA SILVA

**Comparecimento eleitoral e extremos ideológicos na América Latina:
Investigando padrões em contextos facultativos e obrigatórios**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Presidente



Prof. Dr. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM



Prof. Dr. Lucas Toshiaki Archangelo Okada
Universidade Federal do Paraná - UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que direta ou indiretamente participaram do processo de idealização e execução desta pesquisa e aos professores do programa que ofereceram ensinamentos preciosos, cada um à sua maneira e contribuíram grandemente em minha formação. Foram muitas as pessoas que participaram e/ou criaram as condições para que esse momento se concretizasse.

Dedico aos meus pais, seu Ademir e dona Lucineide pela paciência e pelo acolhimento que se deu de tantas formas que jamais poderão ser retribuídos. Minhas irmãs Ledenice e Noemi e suas respectivas famílias, Juarez e Jeremias, além do Henzo e do Leonardo meus amados sobrinhos. Essas pessoas me deram o sentimento de pertencimento tão necessário para se realizar grandes coisas.

Quero deixar registrado o meu agradecimento e minha dedicatória a algumas pessoas cujos nomes não poderia deixar de citar. São crianças e jovens especiais cujas participações foram as condições financeiras de boa parte do processo de pesquisa. São elas; Gabriela, Fernando (in memoriam), Vitória, Sergio, Lucas, Felype, Brenda, Aline, Camila, Luiz, Ingridi, Katiley, Julia, Kauê e Brayan.

Em suma, dedico aos que pelo exemplo, pela gentileza ou pelo desafio se colocaram em meu caminho como pesquisador, inspirando, acolhendo, provocando e promovendo a realização de mais esse sonho. Espero que, da maneira que me influenciaram, este trabalho possa fazer com quem o conhecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a muitas pessoas que fizeram acontecer esta pesquisa. Ao meu orientador, Ednaldo Ribeiro, pela orientação impecável, pela paciência, objetividade e parceria. Aos professores do programa que ministraram aulas valiosas que sustentaram a feitura da pesquisa, especialmente ao professor Rafael da Silva, cujas aulas, dicas e a própria obra, ofereceram ajudas inestimáveis.

À banca de qualificação que ofereceram críticas úteis, que serviram para localizar o trabalho em uma escala de qualidade, para que a partir disso, ajustes fossem feitos. À UEM, lugar onde minha formação aconteceu e todas as oportunidades que me trouxeram até aqui foram ofertadas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela oferta deste curso de elevadíssimo nível de qualidade.

Aos meus pais, com quem morei, me alimentei e dividi as inúmeras dificuldades que o processo de pós-graduação coloca para pessoas que são como eu. Às equipes da Secretaria de Assistência Social da cidade de Paiçandu, lugar onde trabalhei e encontrei ótimas pessoas, ótimos líderes que flexibilizaram meus horários para que esse curso de mestrado pudesse ser feito de maneira integral.

Aos meus amigos pela paciência, pelos ouvidos atentos às minhas experiências de mestrado. São tantos que não vou citar para não correr o risco de esquecer de ninguém.

EPÍGRAFE

A árvore que não dá fruto

É xingada de estéril.

Quem examinou o solo?

O galho que quebra

É xingado de podre, mas

Não haveria neve sobre ele?

Do rio que tudo arrasta

Se diz que é violento

Ninguém diz violentas

Às margens que o cerceiam.

(Bertold Brecht).

Comparecimento eleitoral e extremos ideológicos na América Latina: investigando padrões em contextos facultativos e obrigatórios.

RESUMO

Este trabalho busca investigar se o comparecimento eleitoral é impactado pelo extremismo ideológico em dois contextos institucionais distintos: países latino-americanos onde o voto é obrigatório por lei e países onde o voto é facultativo. As unidades do primeiro contexto são Brasil e Argentina e do segundo são Colômbia e Chile. Através de modelos de regressão logística, testa as seguintes hipóteses: a) em função de seu auto posicionamento ideológico extremo, os eleitores destas unidades tendem a serem mais participativos através do comparecimento eleitoral; b) o instituto da obrigatoriedade do voto impacta os padrões de comparecimento motivado pela ideologia no sentido de reduzir seu efeito. A hipótese inicial foi confirmada em apenas uma unidade de cada bloco. Em razão da falta de efeitos generalizados do extremismo, a segunda hipótese foi refutada.

PALAVRAS CHAVE: Participação política; comparecimento eleitoral, obrigatoriedade do voto; polarização ideológica; extremismo ideológico.

Electoral turnout and ideological extremes in Latin America: Investigating patterns in optional and mandatory contexts.

ABSTRACT

This paper seeks to investigate whether voter turnout is impacted by ideological extremism in two different institutional contexts: Latin American countries where voting is mandatory by law and countries where voting is optional. The units in the first context are Brazil and Argentina and in the second are Colombia and Chile. Through the logistic regression model, it tests the following hypotheses: the primary hypothesis is that, due to their extreme ideological self-positioning, voters in these units tend to be more participatory through electoral turnout. The secondary hypothesis is that the institute of mandatory voting, in turn, impacts the attendance patterns motivated by ideology in order to reduce this type of participation. The main hypothesis was confirmed in one of the units and only partially in the others, the secondary hypothesis was also reinforced since extremism was identified in the block of optional attendance units.

KEYWORDS: Political participation; electoral attendance, mandatory voting; ideological polarization; ideological extremism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Democratas e Republicanos, USA, 1960	33
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modelo explicativo do comparecimento eleitoral em contexto de obrigatoriedade	53
Tabela 2– Modelo explicativo do comparecimento eleitoral em contexto facultativo	55
Tabela 3 - Percentual da identificação ideológica no contexto de voto obrigatório	57
Tabela 4 - Percentual identificação ideológica no contexto de voto facultativo	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LAPOP : Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, na sigla em inglês)

PNT: Partido del Nuevo triunfo

MNO: Movimiento Nueva Orden

PNOSP: Partido Nueva Orden Social Patriótica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 COMPARECIMENTO ELEITORAL	18
2.1 DEFININDO PARTICIPAÇÃO POLITICA	18
2.2 BASES INDIVIDUAIS E ESTRUTURAS DO COMPARECIMENTO ELEITORAL	22
3 EXTREMISMO IDEOLOGICO E COMPARECIMENTO ELEITORAL.....	29
3.1 O QUADRO INTERNACIONAL DA POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA.....	32
3.2 POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA E EXTREMISMO NA AMÉRICA LATINA	35
3.4 COMPARECIMENTO ELEITORAL E EXTREMISMO IDEOLÓGICO.....	42
4 DADOS E MÉTODOS.....	44
4.1 PROBLEMA E HIPÓTESE	44
4.2 DADOS.....	44
4.3 UNIDADES NACIONAIS	45
4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
5.0 EFEITOS EM CONTEXTOS DE VOTO OBRIGATÓRIO	51
5.1 EFEITOS EM CONTEXTOS DE VOTO FACULTATIVO.....	54
5.2 COMPARAÇÃO DE EFEITOS	57

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca investigar possíveis relações entre o extremismo ideológico e taxas de comparecimento eleitoral em dois contextos institucionais diferentes: em países latino americanos onde o voto é obrigatório e também em países onde o comparecimento eleitoral é facultativo, sendo Brasil, Argentina, Colômbia e Chile consecutivamente. Partindo de observações eleitorais, como no processo brasileiro em 2018 onde desde o início da corrida eleitoral a sociedade se dividiu sugerindo uma intensa polarização, resultando na eleição de um representante da extrema direita, seguindo-se de uma sub-representação da esquerda no legislativo e um aparelhamento à uma cultura militarizada das instituições, acompanhada do desmonte do estado brasileiro, foi possível perceber possibilidades de pesquisa. Outra forte motivação para esse trabalho foi a percepção desse padrão em nível global, considerando o histórico dos governos norte americanos e suas relações de dominação, assim como os violentos e recorrentes conflitos econômicos na América Latina, seguidos de revoltas populares, protestos radicais e eleições “incoerentes”¹.

Cada vez mais os processos eleitorais no mundo assumem configurações polarizadas. Isso quer dizer que as instituições como representações da sociedade e também o próprio eleitorado, manifesta suas preferencias buscando influenciar e ser influenciado na escolha de seus representantes e com isso no rumo da sociedade. As orientações ideológicas atreladas ao pertencimento dos partidos políticos, vem gradativamente ao longo dos anos atribuindo pouca importância aos posicionamentos mais moderados e centristas. As características do sistema eleitoral adotado pela sociedade, possuem uma grande responsabilidade pelo processo da polarização política e conseqüentemente à um acirramento dos extremos ideológicos² (NICOLAU, 2004). Com o ganho de importância, os extremos políticos cindem as estruturas sociais e agrupam eleitores. Os reflexos da polarização no comportamento do indivíduo, aqui abordados como extremismo, são observados pelo menos desde o final dos anos 60 de maneira

¹ A expressão está entre aspas porque como é possível ver ao longo dessa pesquisa, as motivações do voto são muitas, com racionalidades diferentes, condicionadas por uma série de fatores de ordem diversas.

² Sistemas bipartidos, supõem naturalmente um acirramento polarizado. No entanto, o sistema de dois turnos por exemplo, tende a favorecer mais os partidos moderados do que os que se localizam nos extremos ideológicos.

que o processo de polarização e os reflexos dessa estrutura, assumem um papel central orientando a escolha dos representantes.

Antes da compreensão efetiva do processo de polarização e do extremismo como fatores influenciadores do comportamento eleitoral, esse trabalho considera importante compreender que o comparecimento eleitoral é um conceito que se coloca no campo dos estudos da participação, e como tal, dialoga com questões de cidadania, acesso e igualdade política. Isso porque o voto, constitui a principal expressão democrática nas sociedades com sistemas democráticos desenvolvidos (Verba, Scholzman e Brady, 1995).

Além disso, vários estudos apontam que as taxas de participação política são sempre associadas à grupos e indivíduos com maiores condições de acesso material ou simbólico, o que pode sugerir que a questão do comparecimento ou não comparecimento funciona como uma disputa de poder no interior das sociedades nos termos da luta de classes³. A participação de uma forma geral pode incluir inúmeros aspectos da realidade, mas uma vez restrita aos processos democráticos, coloca o nosso entendimento em contato com a necessidade de aprender as dinâmicas da vida política nas sociedades civis e de uma perspectiva crítica refletir: quem participa? Quem não participa?

O comparecimento eleitoral nesses termos, visto como uma disputa pelo domínio dos rumos da sociedade, evidencia o processo estrutural de polarização, pautado naquilo que a literatura especializada aponta como ideologia. O voto como um comportamento individual vai de encontro a expressão também individual da polarização: o extremismo. Nesse sentido esse trabalho também apresenta uma análise mais profunda dos conceitos que compõem esse termo, bem como dos estudos que os comparam. Além disso buscamos a análise da relação entre o conceito de participação e ideologia em contextos institucionais que evidenciam os interesses de classe atrelados ao debate. Nesse sentido estimula o questionamento: Quais os efeitos do extremismo ideológico individual sobre o comparecimento? E como esse efeito se manifesta em contextos de voto obrigatório e facultativo?

³ Verba, Scholzman, Lehman, Brady (1995); Verba, Nie, Norman (1972); Pizzorno (1966) e muitos outros.

Vários estudos, como Fiorina e Abrans (2006), Evans (1997), assim como Abramowitz e Souders (2005), Adorno et al (1950), Gerber, Green e Larimer (2008), Verba, Scholzman e Brady (1995) comprovam uma relação importante entre participação e características do indivíduo como pertencimento social, crenças, posicionamento político (etc.), sendo em alguns casos, tais fatores determinantes no sentido da participação, se à direita ou esquerda. Nesse sentido, nossa hipótese é que os indivíduos que se identificam como extrema esquerda e/ou os que se identificam como extrema direita comparecem mais, já que a literatura aponta que existe um efeito positivo do extremismo sobre o comparecimento com maior intensidade em contextos facultativos. A hipótese será testada através dos dados do LAPOP 2018/2019 em quatro países: Brasil e Argentina representando o contexto de voto obrigatório, Colômbia e Chile onde o voto é facultativo

Dessa maneira, o capítulo 2 apresenta o comparecimento eleitoral e também a base teórica que o sustenta, como as definições de participação, desde uma perspectiva mais geral, seguindo-se dos estudos que limitam e organizam as informações dando um sentido eleitoral ao termo. No entanto, muitas contribuições são feitas nesse sentido, e o entendimento acerca da participação vai se ampliando, não se limitando mais aos termos das eleições, mas aos processos do entorno da mesma, como organizações da sociedade civil, protestos, meios indenitários, entre outros, concluindo e fortalecendo a percepção do voto como a mais importante e decisiva forma de participação política nas democracias. Além disso, compreende o comparecimento eleitoral como um comportamento político, o apresenta em termos individuais, mas também estruturais, pois pode ser verificado em dados agregados fornecendo uma informação sobre o coletivo.

O capítulo 3 é dedicado a apresentação do extremismo ideológico e seu caráter intrínseco ao fenômeno da polarização, assim como suas relações com o comparecimento eleitoral. Para isso, apresenta o crescente processo de polarização no mundo, iniciando pelos estudos sobre os Estados Unidos da América e revisando vários outros que se deram em países europeus. Inclui também a análise das teorias que observaram esse mesmo fenômeno na América Latina, região que possui algumas especificidades, como características culturais e históricas, sobretudo no que diz respeito ao grau de desenvolvimento democrático. Junto com a polarização, apresenta o fenômeno do extremismo ideológico e para isso, explora estudos que analisaram estruturas de personalidade correlacionadas com aspectos políticos da

realidade, como o dogmatismo, o radicalismo e a ideologia. Inclui também a análise dos efeitos desse extremismo nos padrões de ativismo e finalmente, versa sobre o comparecimento eleitoral e os extremos ideológicos.

O capítulo 4 ficou reservado para a explanação dos processos metodológicos desta pesquisa. Nele estão presentes as problemáticas levantadas e as hipóteses a serem testadas, assim como uma descrição dos dados (LAPOP 2018/2019) e as unidades nacionais selecionadas e finalmente uma descrição detalhada das técnicas com as quais os dados foram analisados, enquanto no capítulo 5 estão os resultados em cada unidade nacional, em diferentes contextos institucionais, ou seja, os efeitos em contextos de voto facultativo; os efeitos em contexto de voto obrigatório e a comparação desses dois cenários.

O capítulo 6, conclui a pesquisa, retomando os principais pontos e conceitos, pontuando os principais resultados, visando esclarecer a importância de compreender as dinâmicas do comparecimento eleitoral e sua importância nos estudos atuais em Ciência Política.

2 COMPARECIMENTO ELEITORAL

As eleições (como instituição) e o voto (como comportamento) são elementos fundamentais dos regimes democráticos modernos e, como tais, têm sido amplamente estudados nos regimes consolidados e nas jovens democracias. Tendo em vista o problema de pesquisa que sustenta essa dissertação, esse capítulo procura apresentar o comparecimento eleitoral como a forma mais relevante de ativismo político, estando presente desde os estudos pioneiros sobre o tema (Milbrath, 1965).

Na primeira seção buscamos identificar o “local” dessa modalidade eleitoral no conjunto das possíveis formas de vocalização política disponíveis para a cidadania, já que o ativismo eleitoral conta com uma série de recursos participativos, como trabalho voluntário em campanhas, doação em dinheiro como ajuda a partidos e candidatos, entre outros (SCHLOZMAN, LEHMAN, 1946). Na seção seguinte revisamos a literatura recente sobre os condicionantes desse comportamento, distinguindo fatores de ordem individual e contextual.

2.1 DEFININDO PARTICIPAÇÃO POLITICA

Tendo em vista a variedade de interpretações acerca da participação política e a grande abrangência do termo, fazem-se importantes definições mais precisas. Estamos interessados principalmente no que diz respeito àquela participação que está relacionada de maneira menos ou mais direta com os processos eleitorais no interior das democracias. Nesse sentido, as formas de participar ainda são diversas, indo desde envolvimento em uma simples discussão política, votar, até ao ato de se candidatar (MILBRATH, 1965).

Há no processo eleitoral uma série de fatores essenciais nos quais estão envolvidos vários setores da sociedade. A forma com que cada agente participa, bem como o nível de envolvimento, são elementos que diferem entre si. Perpassando essas diferenças há o interesse de classe com sentidos distintos para cada indivíduo ou grupo envolvido. Pizzorno (1966) afirma que embora a participação política expresse os conflitos da sociedade e com isso evidencie as desigualdades, a mesma requer um espaço mínimo de igualdade tanto no

profissionalismo político, na participação na sociedade civil e nos movimentos sociais, quanto no que diz respeito a ação estatal, cujo principal representante é o profissional político.

Conforme explicado acima, este espaço de igualdade garante a amplificação das reivindicações das camadas populares, o que mostra que os direitos políticos deixam gradativamente de serem atribuídos somente à *burguesia provinciana* e findam por dividir o cenário político em dois: de um lado as reivindicações das camadas populares e de outro os esforços da burguesia para fazer alianças com grupos populares em busca de legitimidade. Em favor dessa concepção, Pizzorno afirma que participação pode ser definida como um exercício do direito político em participar dos processos decisórios a partir da identidade privada do indivíduo. Essa realidade individual está ancorada na realidade social de cada cidadão, o que pode influenciar em certa medida o jeito que esse indivíduo participa.

Dessa maneira observamos que "*participação política*" se refere à uma gama de ações e comportamentos, ainda que restritos ao processo eleitoral. O conceito foi definido de maneira reiterada ao longo da literatura especializada como toda e qualquer forma de influenciar ou tentar, as decisões políticas (BARNES ET AL, 1971). O autor deixa claro que como essa concepção é um tanto ampla, coloca o entendimento acerca da participação para além dos termos eleitorais. Além disso os movimentos extremos dos anos 60 marcados por manifestações violentas, greves e boicotes, exigiram das teorias uma diferenciação entre participação convencional e não convencional (BARNES ET AL, 1971; BARNES, KAASE, 1979).

Essas definições são vagas e precisam ser enriquecidas, como bem o fez o trabalho de Verba e Nie (1972) conceituando participação política como toda forma *legal* de influenciar a escolha de pessoas *para trabalhar no governo*. Considerando o período histórico, observamos que essa definição deixa de fora outras expressões participativas como os movimentos de protestos, considerados não convencionais e/ou antidemocráticos. Nesse sentido Huntington (1975) faz importantes contribuições, interpretando esse tipo de participação não mais como uma crise e sim como uma etapa da modernização. Conforme mencionado pelo autor "*a modernização é um processo de facetas múltiplas, que envolve mudanças em todas as áreas do pensamento e da atividade humana*" (p. 44).

Conforme explicado acima, a participação possui um valor psicológico, subjetivo, porque faz parte do bem-estar do homem ao mesmo tempo que assume importância nos processos de decisões coletivas (DETH, 2001). Tais abordagens evidenciam, por exemplo, a diferenciação do caráter público e privado da participação já que a definição de participação política se refere ao comportamento de cidadãos civis e não de políticos e/ou funcionários públicos, como por exemplo o voto e o voluntariado.

A participação política está mais diretamente ligada a uma ação concreta, o que não corresponde a envolvimento distantes, como se informar sobre e/ou nutrir opiniões. Como é possível observar, as definições de participação permanecem amplas, enfraquecendo na prática, as linhas divisoras da esfera política e não política na sociedade moderna. Na sociedade americana, por exemplo, é possível encontrar a participação política em muitas esferas, e de maneira significativa no universo apolítico como no voluntariado. Os fatores que condicionam a não participação, por exemplo, podem ser analisados da seguinte maneira:

In other words, people may be inactive because they lack resources, because they are outside of the recruitment - which we combine into what we label the civic voluntarism model (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995, p. 292).

Na elaboração da teoria do modelo do voluntarismo cívico, os autores deixam claro a inclusão de outras modalidades de participação como o ativismo. Argumentam que os fatores estruturantes dessa forma de envolvimento podem ser classificados entre as variáveis de engajamento, recursos e recrutamento. Nosso argumento, no entanto, é que o comparecimento eleitoral, além de ser a principal forma de participação nas democracias pode ser determinado também por dimensões distintas.

A participação política através do comparecimento eleitoral se trata de uma maneira que exige pouco recurso do eleitor quando comparada à outras formas de ativismo. Observemos:

Voting is both the most common and the most commonly analyzed political act. In light of its centrality to the study of political behavior, it is striking how much the pattern of participatory factor for voting differs from that for other political activities. A prerequisite for voting, citizenship, of course, plays a significant role for voting but, strikingly, for no other activity (Ibidem, p. 380/382).

Conforme citado acima o autor deixa claro o fato do comparecimento eleitoral ser uma maneira de participar que não acarreta custos financeiros. Fato que somado à carga cultural atribuída ao mesmo, torna o voto um elemento central para o entendimento da participação democrática. O envolvimento cívico, atrelado às noções de cidadania explicam - embora não de maneira total - a importância da participação através do voto.

Podemos observar que é importante se atentar para o outro lado desse fenômeno: as abstenções. A questão que se coloca, diz respeito aos fatores envolvidos na adesão ou não da participação eleitoral. Analisemos o seguinte trecho sobre a América Latina:

Dessa forma, o que os dados parecem indicar é que o comparecimento eleitoral na América Latina seja a “voz” dos cidadãos portadores de maiores recursos, que valorizam a democracia e suas instituições, mas que estão insatisfeitos com a economia e que vivem em contextos de baixa efetividade governamental (RIBEIRO, BORBA E SILVA, 2015, p. 102).

Conforme verificado, a participação política é um campo com inúmeras possibilidades de investigação, sendo o termo definido como o ato de exercer algum poder de influência nos rumos da sociedade. Trata-se inegavelmente do exercício de um direito do cidadão, podendo indicar o nível e a qualidade da democracia na sociedade em questão, mesmo que consideremos que exista participação política em outras culturas e seus padrões mudem de acordo com cada realidade. De acordo com Milbrath (1965, p. 198) :

Some persons take the system for granted and are concerned only to adjust their behavior to its demands; others want to improve or transform it. Some only have a passive relationship to the system, while others are very actively involved. To some, the system is frightening and confusing; to others, it is an object to be explored and conquered. Some focus their attention on what the system demands from them, while others focus on the benefits they derive from the system

Conforme citado acima, reveste-se de particular importância, aquela participação classificada como convencional, que acontece dentro de determinadas regras institucionais e prevista na constituição: o comparecimento eleitoral.

Conforme foi demonstrado ao longo desta seção, a participação política acaba por representar a democracia em sua essencial definição. É através dela que as forças de classes se equilibram em uma estrutura mínima de igualdade, onde legalmente, todos os cidadãos

possuem o direito de forma igualitária à participação, podendo ser manifesto através das atividades de protesto, por exemplo, do serviço voluntário, do ativismo eleitoral e do voto propriamente dito. E é nesse ponto, no comparecimento eleitoral (através dele), que os rumos da sociedade se transformam, o que conforme a literatura aponta, atribui à essa modalidade de participação protagonismo no processo democrático.

Diante das inúmeras produções teóricas acerca da participação política e do caráter interdisciplinar do conceito, essa pesquisa se justifica na busca de uma maior objetividade, especificando o comparecimento eleitoral como um caminho empírico de análise comparada. De acordo com Barberia (2019, p. 11)

Os estudos de Política Comparada são encontrados dentro de Ciência Política e voltam-se ao estudo dos fenômenos políticos que são determinados predominantemente por fatores que ocorrem dentro de um país. Os estudos em Política Comparada focam em fenômenos como: eleições, sistemas partidários, relações entre o Executivo e o Legislativo, grupos de interesse e o papel do legislativo. As unidades espaciais de análise podem ser bairros, cidades, municípios, estados ou países. Fala-se em "comparada" porque esses estudos estão preocupados em identificar se existem padrões que podemos generalizar para os casos estudados.

Conforme verificado nesta seção, o campo de estudos da participação política constitui uma base sólida, sobre a qual se assentam as pesquisas do comparecimento eleitoral. O segundo, como um conceito oriundo do primeiro, embora possa ser tratado de forma objetiva através de dados quantitativos, normalmente é relacionado com aspectos multidimensionais, advindos da cultura e da sociedade.

2.2 BASES INDIVIDUAIS E ESTRUTURAIS DO COMPARECIMENTO ELEITORAL

O comportamento do eleitor frente às urnas levanta uma série de questionamentos acerca de seus condicionantes e também acerca das diferenças nas taxas de comparecimento de uma democracia para outra. A teoria da escolha racional de Antony Downs (1999) afirma que o comparecimento eleitoral acontece a partir de considerações econômicas, onde o

indivíduo participa ou não, dependendo de lucros e prejuízos. Embora esse seja um estudo paradigmático, vários trabalhos apontam que a escolha racional não explica sozinha o comparecimento eleitoral.

Se Downs concebe o eleitor como um homem racional, capaz de escolher entre alternativas, classificando-as em ordem de preferência, equiparando o comportamento do indivíduo ao de grupos do governo e partidos, Geys (2006) aponta que o axioma do interesse próprio/ econômico não constitui um modelo suficiente para explicar o comportamento do eleitor. Nesse sentido afirma que outras características são relevantes ao se definir se ocorrerá ou não o comparecimento eleitoral, como no caso de indivíduos com melhores condições financeiras, gênero, diferenças de nível educacional e a condição de jovem ou idoso.

Conforme explicado acima, podemos de fato, observar que as características individuais parecem exercer uma forte influência nos níveis de comparecimento, já que tendemos a interpretar os processos democráticos das eleições como um espaço em que cada indivíduo busca se ver representado. Nesse sentido, o não comparecimento *pode* estar relacionado a um estado de alienação, onde o eleitor não vê suas ideias representadas nas candidaturas.

Uma das principais análises do comportamento individual, encontra-se no modelo do voluntarismo cívico, presente na obra de Verba et al (1995) que identifica uma correspondência entre recursos individuais e coletivos. O autor deixa claro que diferente das outras formas de participação política, que exigem além de tempo, habilidades cívicas, o voto se constitui como uma ação que demanda outras dimensões e dificilmente poderá ser medido através das variáveis de engajamento. Nesse sentido destacam-se condicionantes como habilidade de vocabulário, renda familiar, frequência à igreja, interesse por política, partidarismo e o acesso às informações, de forma que saber falar ou escrever não influenciam o comparecimento eleitoral diretamente.

Como podemos observar, a explicação da participação através do comparecimento eleitoral exige mais do que considerar a racionalidade econômica do eleitor. A teoria da escolha racional deixa de fora fatores importantes oriundos da relação do indivíduo com seu meio, além de não considerar forças sociais coercitivas, também não considera as características individuais como fatores. O principal fator deixado de fora por esta teoria é a

cidadania. Conforme mencionado pelo autor, *a prerequisite for voting, citizenship of course, plays a significant role for voting but, strikingly, for no other activity. That citizenship matters uniquely for voting is only one way in which voting is distinctive* (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, p. 381).

As abordagens que privilegiam a dimensão econômica, como a de Fiorina (1971) e Kramer (1989) apontam aspectos macroestruturais como forças que são determinantes do comparecimento eleitoral pelo menos desde 1971, muito antes da teoria da escolha racional.

A large body of literature has shown that benefits and costs cannot fully account for the decision to vote or abstain, and that some form of expressive benefits or moral obligations should be added to the equation. Thus, most models include a ‘Duty’ term that improves their explanatory power. Yet there is still a lot to learn about this ‘D’ term. Citizens can develop or reinforce their sense of civic duty after an election. Furthermore, civic duty may be a mere rationalization of past voting behavior, and then duty would not have any real causal effect on turnout. Against this critical view, a more classical, ‘cultural’ explanation stands out, characterized by the belief that attitudes are the product of socialization. According to this perspective, the civic duty norm is internalized (or not) at some point in early stages of life and translates into predispositions for or against voting in elections (BLAIS E GALAIS, 2014, P. 12)

Conforme explicado acima, as eleições são processos complexos, assim como os determinantes do comparecimento eleitoral, sendo assim, os indicadores econômicos, por exemplo, precisam ser reforçados por uma carga moral relacionada à cidadania, o que elevaria os níveis de participação através do comparecimento eleitoral.

The prediction that instrumentally rational voters should abstain is at odds with the observation that people do turn out on election day, even in the absence of compulsory voting. This constitutes the paradox of (not) voting. This paradox has triggered much debate, and a myriad of theoretical models have been proposed over the past 50 years to address the issue (GEYS, 2006, p. 27).

O autor deixa claro a insuficiência do paradigma da escolha racional, de forma que o termo D, uma noção moral, oriunda do conceito de cidadania, revela a importância dos fatores éticos do comparecimento eleitoral. Além disso, o trecho destacado deixa clara a extrema importância do fator institucional que pede um maior aprofundamento: a obrigatoriedade ou

não do comparecimento eleitoral articulando uma relação importante entre fatores oriundos do indivíduo e os oriundos das instituições.

As decisões políticas são o resultado direto das preferências de indivíduos que agem isoladamente e de forma egoísta ou são processos induzidos por instituições políticas e sociais que regulam as escolhas coletivas? Em outras palavras: o comportamento dos atores é determinado por alguma racionalidade endógena ou, de maneira inversa, por algum tipo de restrição exógena, configurada pelo arranjo institucional que delimita o contexto da tomada de decisão? Estas têm sido questões centrais na demarcação teórica de dois tipos de abordagem que competiram e dominaram o desenvolvimento da Ciência Política desde os primeiros decênios do século XX, quais sejam, o institucionalismo e o comportamentalismo (Peres, 2008, p. 53).

Birch (2009) e Nicolau (2004) Os autores afirmam que assim como as variáveis individuais, as variáveis estruturais também agregam na análise e entendimento dos determinantes do comparecimento eleitoral⁴. Nesse sentido, os aspectos institucionais, como algumas características do sistema eleitoral, constituem fatores explicativos poderosos e amplamente explorados na literatura mundial. Assim, estruturando o comparecimento eleitoral, as variáveis institucionais são consideradas em grande parte dos modelos teóricos.

O índice de proporcionalidade⁵, por exemplo, tem aparecido como um forte elemento analítico, pontuando um preditor estrutural de grande poder explicativo, porém isso tem se verificado nas democracias antigas mas não nas recentes, o que dá destaque para uma nova variável: o tempo da democracia. *“Na medida que o tempo de vida dos regimes avançam, a estabilidade vai se consolidando, o jogo político se torna mais previsível e as regras passam a ser computadas nos cálculos políticos dos atores”* (GALLEGO, RICO E ANDUZIA, 2001, p. 65). Além disso, a explicação estrutural do comparecimento eleitoral conta ainda com aspectos socioeconômicos (população total, urbana e rural) e políticos como tempo de vida

⁴ A separação das eleições para executivo e legislativo; se os legislativos são bicamerais; se as regras para as cadeiras do legislativo são proporcionais de lista ou misto. São considerados também a utilização do sistema de lista aberta ou fechada e especialmente o índice de proporcionalidade (Silva, 2016)

⁵ O conceito de proporcionalidade refere-se ao grau de correspondência entre a parcela de votos dos partidos e a quantidade de cadeiras que obtém. Ele resume o efeito mecânico e psicológico de várias dessas características e nos permite comparar diferentes sistemas ao longo de uma dimensão (Gallagher e Mitchell, 2005 Apud Galego et al 2012, p.160)

dos regimes, garantia de liberdades políticas, gastos de campanhas, fragmentação partidária e proximidade das eleições). (Silva, 2016)

A maioria dos estudos que organizam essas abordagens foram conduzidos em países onde a democracia é mais desenvolvida, o que produz um questionamento se a contribuição dos mesmos se estendem para compreender as democracias menos desenvolvidas. No entanto, na América Latina, onde as democracias são jovens, as diferenças nas taxas de comparecimento eleitoral podem ser entendidas a partir de fatores socioeconômicos, políticos e institucionais (POWER E GARAND, 2004).

Conforme é possível observar, apenas aspectos individuais pode ser um viés frágil para a compreensão do comparecimento eleitoral. Embora as características psicológicas de cada eleitor talvez influenciem no *sentido* de seu voto, a forma como a sociedade se organiza e se estrutura acerca das instituições reguladoras do processo eleitoral, parece ser uma poderosa ferramenta para a compreensão do comparecimento e da abstenção eleitoral, já que ambos são dois lados do mesmo fenômeno. O voto ético, assim como o dever cívico, faz parte da escola sociopsicológica e reúne fatores estruturais e individuais, no entanto, em relação ao objeto desta pesquisa, por exemplo, o institucionalismo representa atualmente um dos principais paradigmas da ciência política. De acordo com Peres (2008, p. 53), na verdade, o paradigma neo-institucional é hegemônico na Ciência Política.

De acordo com Ribeiro (2013, p. 42):

A despeito de, à primeira vista, a compulsoriedade contrariar o princípio da liberdade e estabelecer o voto também como obrigação e não apenas direito, países que ainda não adotam tal regra têm recentemente discutido a possibilidade da sua implementação.

A obrigatoriedade ou facultatividade do comparecimento eleitoral como um instituto estruturante, produz um questionamento em relação ao aspecto individual, o que pode colocar uma barreira no entendimento desse fenômeno considerando apenas o fator estrutural. Faz-se importante, sobretudo para este trabalho em questão, destacar a necessidade de uma abordagem múltipla, que mescle os fatores afim de identificar o efeito dos condicionantes individuais no comparecimento eleitoral assim como os condicionantes oriundos da estrutura social entendendo como estrutura as diferentes realidades de cada contexto institucional.

O trabalho de Silva (2014), organiza as variáveis individuais e estruturais em dois níveis: 1) de contexto, compreendendo os seguintes fatores institucionais: Voto obrigatório, dois turnos para o executivo, legislativo bicameral, sistema proporcional, desproporcionalidade, número de partidos, simultaneidade de cargos na mesma eleição, idade mínima para votar e força do presidencialismo. O autor apresenta também no nível de contexto as variáveis conjunturais: Eleições competitivas, tempo de vida da democracia, freedom house, gastos de campanha, PIB e população urbana. 2) Trata-se do nível individual, dividido por status socioeconômico (Escolaridade, Renda, Raça, Profissão, Estado Civil, Sexo, Idade.); Atitudes e comportamentos (Identificação Partidária, Confiança nas Instituições e no Processo Eleitoral, Interesse por Política, Informação Política, Proximidade com Venda de Voto e demais Práticas de Corrupção, Dever Cívico) e por fim, integração, compreendendo as seguintes variáveis: Religiosidade, Participação em Instituições da Sociedade Civil e Inserção no Mercado de trabalho.

A literatura deixa evidente que compreender os padrões e as dinâmicas dos condicionantes do comparecimento eleitoral implica em um aprofundamento nas relações de igualdade na participação política ainda que muitos estudos apontem como essencial a liberdade individual de ação ou omissão. Assim, reveste-se de total importância e pertinência a discussão aqui levantada.

Para finalizar esta seção, se faz importante enfatizar a importância do voto obrigatório ou facultativo, como fizeram vários autores, sobretudo os que analisam a América Latina. A defesa dos autores que são a favor da adoção da obrigatoriedade se respalda no argumento de que essa medida aumenta o fluxo de participação e promove um equilíbrio entre as forças da política representativa. Birch (2009) destaca a importância do instituto como algo que vai além da participação em si, pois afirma que a obrigatoriedade é essencial para a educação política dos cidadãos, tornando-os cada vez mais conscientes da cidadania, aumentando assim a legitimidade da democracia e a qualidade da representação, além de fomentar a socialização política. O trabalho de Birch mostra que o mecanismo das sanções, como representação da obrigatoriedade, eleva, de fato, a participação nas urnas.

A América Latina conta com a maior concentração de países onde o voto é compulsório (Silva, 2014) e ainda assim, carece de trabalhos que abordem esse tema de maneira satisfatória

(Power 2009). No entanto, analisando o Brasil, Power observa que a obrigatoriedade do comparecimento não atinge a todos da mesma maneira, pois apesar deste mecanismo, há uma diferença significativa entre as taxas de comparecimento dos estados. Para compreender essa variação, Power sugere a variedade *emprego formal* como um importante preditor, incluiu também variáveis específicas para o comparecimento eleitoral obrigatório, como a taxa de analfabetismo, eleitores com 70 anos ou mais e ainda eleitores com 16 e 17 anos, assim como eficiência do TRE para resolver problemas com débitos na justiça. O autor afirma que a maneira com que funciona o sistema eleitoral é determinante para a compreensão da afluência às urnas.

Muito do debate sobre adotar ou não a obrigatoriedade do comparecimento eleitoral, especialmente no Brasil e outros países latino americanos, está atrelado às reformas das instituições públicas, portanto, é envolto de muitos interesses políticos, contando com argumentações contrárias e favoráveis. Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar a importância da presente pesquisa como uma contribuição para sanar a carência científica das investigações sobre o impacto da obrigatoriedade e compulsoriedade do comparecimento eleitoral no comportamento dos eleitores.

3 EXTREMISMO IDEOLÓGICO E COMPARECIMENTO ELEITORAL

O extremismo ideológico é um fenômeno observado no comportamento político, tanto de eleitores quanto de agentes mais ativos na política institucional, como candidatos, partidos e movimentos sociais. Pode ser entendido como uma categoria que pertence à identificação ideológica. Nesse sentido diz respeito à identificação extrema com alguma matriz ideológica, resultando em crenças e práticas que exercem impactos significativos nos padrões políticos. O extremismo vem sendo abordado na ciência política mas nunca foi totalmente desassociado de um sentido pejorativo pois a moderação tem sido o posicionamento desejado, desde a ética aristotélica que valoriza o “*equilíbrio, a racionalidade, a virtude, coincidem com o justo meio, enquanto que os extremos são as paixões de que é preciso fugir*” (Bobbio, 1909, p. 457).

Rokeach (1960) classifica o conceito de ideologia, mais especificamente os extremos ideológicos, como liberal e conservador e também considera que a personalidade autoritária, somada a como o indivíduo se localiza nas classificações ideológicas (entre liberal e conservador) potencializam o extremismo como atitude ⁶. O extremismo tem sido analisado a partir de variáveis que relacionam as diferentes personalidades com o comportamento político (Goldberg 1992, Larimer 2008, Mondak 2010, Weitz-shapiro e Winters 2011, Holben e Rangel 2016).

De acordo com Bobbio (1909)

O que caracteriza o Extremismo é, em última análise, a tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais, a conseqüente recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso, e a urgente busca do "tudo e agora". Neste sentido, o termo acaba, no uso corrente, por se assemelhar em seu significado ao "radicalismo" e ao "maximalismo", dos quais, pelo contrário, seria tido como distinto (p. 458).

⁶ Para um maior aprofundamento no conceito de ideologia utilizado, ver Adorno et. al (1950) que classifica ideologia como uma organização de opiniões, atitudes e valores, ou uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade.

Como observado acima, se trazermos essa definição para os estudos do comparecimento eleitoral relacionando ao espectro ideológico, torna-se importante a diferenciação, muito bem pontuada por Bobbio, entre os extremismos:

- De direita: O extremismo de direita ocorre quando acontece uma repentina perda de status e de influência. Segundo o autor, esse extremismo se relaciona com a busca do que foi perdido, contando com práticas "eversivas"⁷ e "violentas" e "comuns na tradição parlamentar".
- De esquerda: No extremo oposto, estão as classes que nunca obtiveram posses: os operários, os menos instruídos assim como os movimentos comunistas que se opõe às democracias parlamentares.

Para além da definição de extremismo proposta por Bobbio, a importância do conceito, aparece em outras obras como em Schlozman, Brady e Verba (2018), quando traz luz à identidade político partidária, através da escala de 7 pontos distribuídos entre “extremamente liberal” e “extremamente conservador”, contribuições como a de Rokeach e sua concepção de ideologia e a noção de homem autoritário são essenciais como é possível observar nos estudos posteriores, sobretudo para visualizar o perfil do tipo extremista.

A prática empírica de comparar conservadores nesses termos começou com Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson (1950) e o estudo de Sanford que se tornou referência ao considerar o potencial autoritário e fascista da personalidade, tomando como elemento central da discriminação social, o tipo autoritário de homem que é análogo ao fanático. Segundo os autores o tipo autoritário se desenvolveu com a dissolução da crença mágica e o fortalecimento do pensamento cartesiano⁸.

Posteriormente outras disciplinas em diversos ramos das Ciências Sociais como Sociologia Política, teoria social e outras, também identificaram o homem autoritário. Segundo os autores, *“In one volume, on authority and the family, the concept of the “authoritarian personality” was put forward as a link between psychological dispositions*

⁷ Subversivas.

⁸ Ou seja, com o início da modernidade e a crescente valorização da razão em detrimento de saberes metafísicos e/ou religiosos.

and political leanings (p. xi)". A importância do estudo do indivíduo potencialmente fascista se justifica por ser suscetível a propagandas antidemocráticas. Segundo os autores, isso representa a maior e mais grave ameaça às tradições e instituições democráticas. Com dados colhidos logo após a derrota do fascismo com o fim da guerra, afirmam que os indivíduos extremamente suscetíveis a tais propagandas, possuem um conjunto de características em comum.

A noção de extremismo ideológico utilizada no presente trabalho pode ser melhor entendida adicionando o conceito de ideologia explicado por Adorno. O termo ideologia representa uma organização de opiniões, atitudes e valores, ou uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade. Pode ser compreendido de uma maneira mais ampla, abrangendo a identidade do indivíduo ou de uma maneira mais restrita, direcionada a diversas áreas da sociedade, como política, economia, religião, minorias, etc. É externa ao indivíduo e independente do mesmo, resultante tanto de processos históricos quanto de fatos no tempo presente.

Embora as ideologias sejam muitas e cada indivíduo misture diversas influências formando parte de sua individualidade, quando analisada através de opiniões, atitudes e valores, a tendência é que ocorra um padrão comum. A ideologia no indivíduo, de acordo com os autores, deve retratar o que o indivíduo diz em público e o que diz no privado, isso demanda que sejam capitadas aspirações mais profundas. Em síntese, a personalidade é considerada um determinante das preferências ideológicas, já que as opiniões, atitudes e valores são organizados no indivíduo pela mesma⁹. Nesse sentido, considerando que os padrões das instituições da sociedade influenciam nos padrões de personalidade que uma dada sociedade possui, partindo da pré-disposição para um ou outro extremo é possível identificar as tendências da sociedade.

Como é possível observar, as diferenças entre esquerda e direita podem ser diferentes tendências psicológicas. O extremismo não é uma particularidade da esquerda ou direita, mas pode ser analisado através de outros caminhos para além das teorias da

⁹ A obra evita classificar a personalidade extremista como patológica, pois afirma que muitos comportamentos que são considerados patológicos em função da norma, podem se tornar tendências dominantes em momentos futuros.

personalidade, necessidades epistêmicas e existenciais e racionalização ideológica (Jost et al., 2003).

Pode-se observar que a adesão dividida entre valores tão opostos, localiza a participação através do comparecimento eleitoral como um espaço de poder, cuja totalidade configura a polarização ideológica. Podemos dessa maneira relacionar a polarização às interpretações de luta de classes e o extremismo sua expressão, manifesta nas micro-relações, ou seja, no comportamento dos eleitores, já que assim como os partidos políticos, os eleitores estão imersos na polarização através do comparecimento eleitoral que se constitui a legitimidade do governo.

3.1 O QUADRO INTERNACIONAL DA POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA

Um dos primeiros sociólogos a cogitar a ocorrência de uma guerra cultural na América, que teria polarizado a mesma, foi James Davison Hunter, para quem a divisão da América se dava entre Ortodoxos e Progressistas (Fiorina, 1965). O argumento que deu origem à ideia de guerra cultural se baseia na existência de visões de mundo diferentes e conflitantes entre os americanos, sobretudo em questões sensíveis à sociedade como aborto, direito dos homossexuais e pesquisas com células tronco (Himmelfarb, 2001).

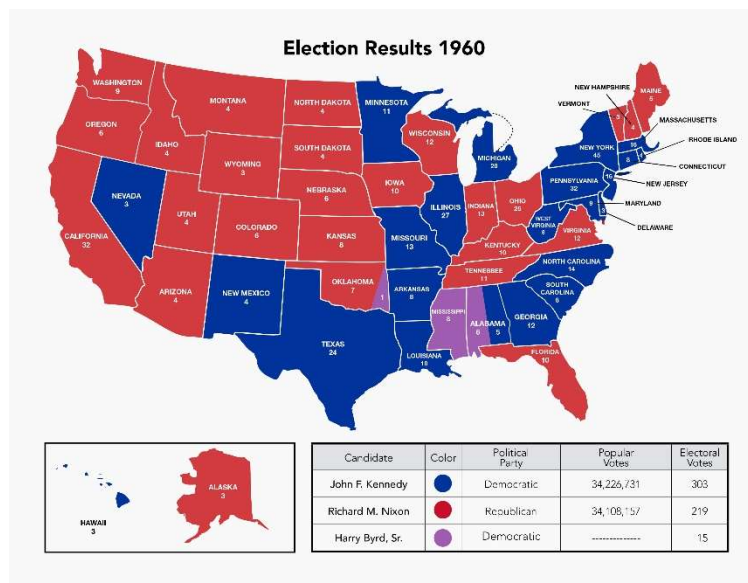
De acordo com Fiorina e Adams (2008), a ênfase na polarização teve início em 1990, quando as mídias norte americanas começaram a propagar o discurso do candidato a presidente Pat Buchanan, manifestando seu apoio a George W. Bush, resgatando argumentos extremamente conservadores ao mesmo tempo que aponta o extremismo de seus adversários ao dominarem a cultura, as instituições e o espaço público. O discurso em questão conta com falas como:

Yes, we disagreed with President Bush, but we stand with him for the freedom to choice religious schools, and we stand with him against the amoral idea that gay and lesbian couples should have the same standing in law as married men and women (Voices of democracy - The U.S. Oratory project. Acesso em 12/02/2022 as 16h00)

No entanto, conforme é possível ver em Fiorina e em muitos outros trechos do discurso de Buchanan, os aspectos marcadores que definem a polarização não se

restringem somente à essas questões. Após os anos 2000 os estudiosos do assunto elaboraram uma representação visual capaz de demarcar objetivamente as diferenças entre as identificações com os partidos. O *red-blue* map simboliza o partido republicano e o democrata respectivamente, atrelados a algumas convicções do eleitor acerca da realidade econômica e cultural que permeiam a vida política. Na ilustração abaixo, o mapa do resultado das eleições de 1960 nos Estados Unidos, deixa ainda mais claros os critérios e métricas dessa polarização:

Figura 1 – Democratas e Republicanos, USA, 1960



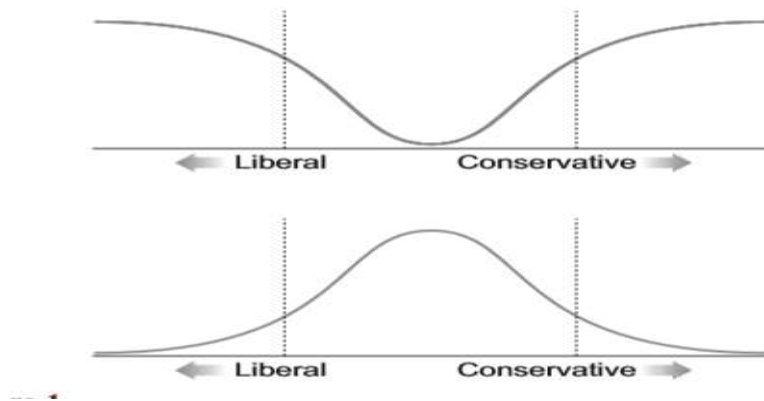
FONTE: Department of Education and Public Programs of the John F. Kennedy Presidential Library and Museum

Como essas fraturas e divisões se referem aos aspectos partidários e eleitorais, portanto uma especificidade da elite, mais tarde os pesquisadores da opinião pública se questionaram se o mesmo se estenderia para o *público* americano. Embora em um primeiro olhar possamos perceber a polarização, é necessário um olhar metódico para afirmar, nesse sentido faz-se importante definirmos com mais especificidade o conceito, já que o mesmo dialoga com muitas questões metodológicas.

A definição de polarização, embora possa ser feita em termos mais gerais, compreendendo a oposição de dois aspectos, pode ser mais facilmente definida como uma distribuição Bimodal (figura 2) (FIORINA, ABRAMS, 2006). No entanto, a bimodalidade não constitui uma condição suficiente para a caracterização da polarização

de uma sociedade, já que essa condição pode ser observada apenas na primeira imagem do gráfico 1. A polarização é mais facilmente observada quando há padrões semelhantes nos dois polos da distribuição, de maneira que opõe as duas dimensões, sub-representando o centro. É por esse motivo que em primeiro momento a segunda imagem não mostra uma sociedade polarizada, pois a menor concentração de volume está justamente nos extremos.

Gráfico 1 - Polarização



Fonte: FIORINA, ABRAMS, 2008, p. 566

Conforme exposto acima, para que a verificação de uma sociedade polarizada aconteça, é necessário que haja ocorrência de algumas características quantitativas. Além de Fiorina e Abram, Evans (1997) mostra que a polarização nos estados unidos se deu colocando características, comportamentos típicos e predileções na métrica. Os polos dessa distribuição sinalizam dois extremos ideológicos. Segundo Baker (2008) a polarização dos Estados Unidos se dá entre dois grupos de valores, opondo o mundo secular ao religioso e a sobrevivência à auto expressão.

Fiorina e Abrams afirma que as diferenças entre estados azuis e vermelhos foram bem pequenas no período analisado. No entanto, as evidências de Abramowitz e Souders apontaram em outra direção. Nas palavras dos autores, *red states have been getting redder while blue states have been getting bluer (p. 11)*. Dessa maneira há uma relação entre polarização ideológica que é aquela que se faz com base na identificação política dos indivíduos, e polarização afetiva normalmente explicada pela identificação emocional dos eleitores com os partidos e líderes. De acordo com os autores

At the same time, however, there has been a substantial increase in the average perceived distance of party supporters from the opposing party. This gap has

grown from an average of 2.0 units in 1972 to an average of 3.2 units in 2012 (p. 6).

Esse argumento aponta que a polarização partidária se apoia nos sentimentos entre os partidários e seus líderes e de certa forma a proximidade ou distância ideológica aumentam ou diminuem tais sentimentos acerca do próprio partido e do partido adversário. Isso é explicado pela divisão entre partidarismo e ideologia. A polarização ideológica aumentou tanto entre o eleitorado quanto nas elites, o que acabou por dividir as opiniões tirando tanto dos democratas quanto dos republicanos (WEBSTER, ABRAMOWITZ 2019).

A compreensão do extremismo nessa dinâmica, exige a retomada da identificação ideológica afetiva dos eleitores, pois trata-se da manifestação da polarização no comportamento político. A revisão de literatura como é possível observar ao longo deste trabalho, mostra que a maneira como o indivíduo se percebe e se posiciona, relacionada com a intensidade (mensurável a partir de escalas) de suas opiniões em assuntos correlatos, o identifica como extremista ou moderado, inserindo-o na contagem dos dados agregados definidores da polarização. As descobertas acerca da polarização ideológica e sua intrínseca relação com a afetiva são frutos de trabalhos norte americanos e/ou europeus acerca das regiões onde o regime democrático é mais maduro.

Diante da diversidade de estudos que buscaram investigar a polarização ideológica e o extremismo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, a literatura mostra que existe uma carência de tal abordagem em relação aos países de terceira onda como os latino americanos¹⁰.

3.2 POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA E EXTREMISMO NA AMÉRICA LATINA

Pensar a polarização nos países da América latina, exige uma consideração histórica de sua democratização e a importância da forma com que se apresentam os partidos nesse processo, já que o conceito de democracia é inconcebível desconsiderando os partidos (BORBA, GIMENES E RIBEIRO, 2015). Embora os estudos acerca da

¹⁰ HUNTINGTON (1994), Fornos, Power e Garand (2004)

polarização sejam abundantes, a grande maioria se refere às democracias consideradas consolidadas como as da Europa e dos Estados Unidos na América do Norte. De acordo com ALCANTRA E FREIDENBERG (2002),

No início dos processos de transição democrática (1978-1980), a América Latina contava com quatro cenários muito diferentes. O primeiro cobria os países com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população. O segundo contemplava um modelo misto em que partidos antigos iriam coabitar com partidos novos surgidos do próprio processo de transição. O terceiro enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos últimos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos (p.140).

Grande parte dos teóricos da América Latina, se respaldam na definição de Sartori (1976) que apresenta estudos que trazem as dinâmicas partidárias ao centro do debate e suas respectivas identificações com o espectro. Nesse sentido apresenta a importância dos posicionamentos mais centristas e questiona a diversidade de partidos, afirmando que é possível em termos metodológicos afirmar uma ‘tendência ao centro’ em casos específicos¹¹. Neste mesmo sentido, Coppedge¹² (1997) destaca a importância de se entender a fragmentação partidária na América Latina e a volatilidade, levando em conta aspectos como ideologia, personalidades, interesses, ideias, plataformas, slogans, imagens e demais elementos que se fazem presentes na competição política. Afirma que somente compreendendo esses aspectos é possível esboçar o entendimento das dinâmicas partidárias: alianças, coalizões, escolhas políticas e polarização¹³.

Moreno (1999) afirma que uma clivagem ao longo de linhas autoritário-

¹¹ O autor critica a postura que interpreta os sistemas partidários sempre pela perspectiva dualista onde a dualidade se trata de um corte que divide tendências, ou seja: sob essa perspectiva o centro não existe. Sartori argumenta o contrário: quando não há partido central, há uma tendência ao centro (p.116).

¹² Coppedge analisou as tendências ideológicas dos partidos em eleições do século XX no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai, Venezuela e também México, atentando-se ao percentual de voto conquistado por cada tendência ideológica

¹³ Nesse sentido, Tagina (2014) Analisa a Argentina e confirma uma polarização que se dá em termos de Amigos vs Inimigo na prática política cotidiana do país, o que coloca a classe política diante de uma grande dificuldade em estabelecer consensos e alianças.

democráticos constitui uma boa chave para o estudo de democracias recentes ou em processo de consolidação. Seu estudo analisa Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Uruguai e Venezuela, mais 15 países europeus e 8 países pós-comunistas, incluindo também Japão, Canadá e Estados Unidos. Ao classificar esses casos, identifica a América Latina como uma classificação que difere das sociedades industriais avançadas e das sociedades pós-comunistas.

A compreensão da polarização em termos de direita-esquerda se estrutura no paradigma materialista lidando com aspectos da economia e dos meios de produção e, por outro lado, a perspectiva democrático-autoritário diz respeito às novas democracias no Oriente, na Europa e América latina e aborda a centralidade autocrática dos governos e as regras institucionais. Um dos desafios para o estudo das jovens democracias da América Latina, é lidar com o sentimento a favor do autoritarismo persistente nesses países.

Rivas (2007) em função da escassez de estudos sobre clivagens na América Latina, as apresenta como fatores importantes para o estudo dos extremos políticos. Define clivagens como as dimensões da polarização que definem e separam os partidos Latino Americanos mais à direita ou esquerda, reforçando-a como essa distância entre um e outro. Nas palavras da autora “*falar da dimensão esquerda e direita na América Latina implica entrar em todo um debate teórico sobre a conveniência ou não de utilizar estas categorias na região*” (p. 218).

De acordo com os autores, entre 1997 e 2005, a identificação ideológica se mostrou um elemento estratégico para a explicação das dinâmicas partidárias. Clivagens como intervenção estatal, democracia, valores, imagem dos Estados Unidos e forças armadas se mostraram nesse período um elemento forte no que tange às análises da polarização na América Latina. A dicotomia estado/mercado perdeu força para a concepção que os parlamentares nutrem acerca de como deve ser a relação do país com os Estados Unidos, esse se mostrou um dos principais pontos divisores entre a direita e a esquerda latino-americana.

Pelo ponto de vista dos partidos e seus respectivos posicionamentos no espectro ideológico, a radicalização não tende a acontecer. Isso porque em grande parte dessas democracias, a legislação que rege as disputas eleitorais, sub-representam partidos de extrema esquerda e/ou de extrema direita (Nicolau, 2018).

O extremismo na Argentina, por exemplo, tem sido observado pelo menos desde os anos 1990, especialmente o de direita. Manifesta-se através de pequenos grupos com pouca ou nenhuma visibilidade, relacionados ao antigo regime autoritário na Argentina. Esse período foi marcado pelo início da nova democracia e também por rebeliões militares como resposta aos julgamentos pelos crimes da repressão. Paralelo a isso, os problemas da economia argentina se intensificavam assim como as manifestações do povo, se radicalizando cada vez mais. Começavam a surgir partidos relacionados ao antigo peronismo, mas com reformulações que estimulavam identificações nazistas, como o PNT e mais tarde o MNO (Movimiento Nueva Orden) e posteriormente o PNOSP (Partido Nueva Orden Social Patriótica). No entanto o PNT, assim como suas ramificações, nunca conseguiu reconhecimento legal, mas continua existindo sua influência localizada na extrema direita e com forte influência da estética nazista. Defendem-se, portanto, afirmando que suas inspirações são do nacionalismo peronista. A base do discurso desses grupos Argentinos são o revisionismo histórico, o movimento negacionista, antissemitismo, entre outros (ALMEIDA, 2012).

De forma muito semelhante no Brasil, o extremismo de direita assumiu importância no debate, desde o início do governo Bolsonaro em 2018 com a participação de seus simpatizantes a nível de povo. Diferente do que se pode imaginar, o crescimento da “nova direita” e a crise das esquerdas chegam no Brasil como um elemento de fora. Com base na propaganda anticomunista, a polarização ganhou destaque maior desde o impeachment de Dilma Rousseff pautando discursos nacionalistas, anticorrupção, antipetista e lavajatista. Neste governo, observamos uma crescente do movimento revisionista, negacionista e do radicalismo contrário aos direitos humanos.

Já na Colômbia, por exemplo, a ultradireita influenciada pela democratização dos últimos anos, deixa de se infiltrar no sistema partidário através do partido conservador, para se declarar abertamente como extremista (Martinez, Pérez, 2021). Por outro lado, a extrema direita Chilena também possui laços com regimes militares e autoritários (Farré, 2016), no entanto, apesar de seu crescimento, foi derrotada pela esquerda nas últimas eleições.

O presente trabalho, considera que a democratização não aconteceu de forma heterogênea na América Latina e que cada país, possui uma estrutura própria de suas instituições e partidos, atreladas aos seus processos históricos.

3.3 EFEITOS DO EXTREMISMO IDEOLÓGICO SOBRE O ATIVISMO POLITICO

Os trabalhos dedicados à relação entre extremismo individual e ativismo são escassos, contudo, a intolerância inerente ao comportamento extremista, além de articular o diálogo com a psicologia dá base para analisar os padrões de personalidade e suas relações com as diversas formas de participação. De fato, uma gama de teorias tem relacionado o extremismo às medidas de intolerância, partindo de uma abordagem estruturalista acerca da organização dos sistemas de crenças presente em Rokeach. Segundo esse autor, o extremismo pode ser observado em ortodoxias como a religiosa e a Leninista – Marxista, ambas atreladas à concepção de uma personalidade autoritária. O extremismo presente no posicionamento ortodoxo, que condiciona a abertura ou não do indivíduo, reflete nas ações sociais, o que gera consequências também nos padrões de participação.

Por outro lado, o estudo de Kedem, Bilu e Cohen, (1987) analisa de forma comparativa um grupo radical chamado Gush Emunin com outro grupo de não ativistas. Atreladas ao dogmatismo, as variáveis sexo, idade, religião e educação estiveram presentes no estudo. O dogmatismo por sua vez foi relacionado a escala de autoritarismo, medido pelas seguintes variáveis: Direitos anti-árabes; pró-censura da mídia; pró-severidade de punição aos criminosos. No entanto, nesse caso, a relação entre dogmatismo e autoritarismo não possui ligação com a atividade radical. Dessa maneira, ao invés de explicar a personalidade dogmática, explica a atividade radical. Os autores esclarecem a relação entre dogmatismo e radicalismo. Retomam Rokeach para questionar a personalidade autoritária como uma forma fechada e intolerante de ver o mundo.

Adorno et al, focou em estudar o autoritarismo de direita enquanto Rokeach focou em todo o espectro político. Dogmatismo está relacionado com o comportamento de princípios extremos, que defende reformas e mudanças políticas radicais, por meios diretos e intransigentes, excesso de ação, de opinião, crenças, etc. Algumas pessoas podem pontuar diferente em uma ou outra escala, podendo ser ou não radicalmente ativos. Colaborando com Barker, concordam que uma vez que Rokeach construiu um teste ideologicamente livre não faz sentido esperar correlação com o grau de atividade, já que a ideologia e não a personalidade é preditor do comportamento político.

No entanto, Barker apresenta a perspectiva de crítica ao fato do modelo de Rokeach não considerar o conteúdo ideológico para o estudo de grupos radicais, já que seu ponto de partida ao estudar grupos fascistas foi o estudo da própria *ideologia* fascista. Além de testar a validade da escala de dogmatismo como um preditor de comportamentos e atitudes politicamente autoritários em outro contexto cultural e outro tempo histórico, testa se a metodologia melhorada com variáveis de fundo controladas e com a criação de um comportamento generalizado melhora a validade. Além disso, compara duas abordagens contraditórias sobre a melhor maneira de prever o comportamento político radical ou se as escalas devem ser ideologicamente livres ou então relacionadas com as ideologias de grupo.

Uma dessas ideologias que foi amplamente abordada por Lehman, Schlozman, Verba e Brady (2012), é a americana. Os autores ao tentarem fornecer uma explicação ao fracasso na política americana em distribuir renda e promover o estado de bem-estar social, o faz ao mesmo tempo em que fornece uma análise rica, sobre os efeitos do extremismo ideológico no ativismo, sobretudo no eleitoral. Partindo de um aprofundamento nas minúcias da ideologia americana, que enfatiza a oportunidade e o sucesso, com alta tolerância à desigualdade, o trabalho se insere no debate retomando Downs e sua teoria do eleitor médio e em seguida organiza os eleitores de acordo com suas rendas, de maneira que a renda mediana corresponde ao eleitor mediano.

Nesse sentido, o indivíduo com renda mediana só é fundamental no processo eleitoral, se todos comparecessem e cada um fosse portador de um único voto, conforme idealiza Downs. No entanto, segundo os autores, nem todos os cidadãos elegíveis votam e além disso, alguns membros do eleitorado aumentam os resultados das eleições com sua influência por estarem ativos na campanha. Esse eleitor fora da média, pode ser ativo fornecendo sua força de trabalho ou seu dinheiro. Esse ativista racional, tem o claro objetivo de controlar mais votos do que aquele atribuído pelo processo democrático. Esse ativista é muito importante para os candidatos a cargos políticos pois cada hora trabalhada ou dólar doado representam votos. Além disso teria um maior incentivo, pois participa mais do que o eleitor mediano, que por sua vez é aquele que não faz nada além de votar.

O eleitor mediano é alvo dos apelos do ativista contribuinte (cujo peso político é a soma do seu próprio voto com os que sua doação angaria) e também do ativista que trabalha na campanha (Cujo peso político, também é a soma do próprio voto com os que angaria). Nessa dinâmica, o cidadão que não comparece tem peso zero.

Através dos dados do American Life Project, os autores mostram que a renda média dos ativistas está mais alta que a renda média da população, totalizando \$63,00 e a média para contribuintes de campanha excede a de todos os entrevistados, sendo que mais de dois terços dos entrevistados tem renda familiar abaixo da mediana para doadores de campanha. Em relação à variável renda, os autores mostram que outras que capitam atitudes em relação à economia e sociedade podem ser mais poderosas. Nesse sentido cruzou ideologia com a opinião sobre o papel do estado em garantir empregos e depois com relação ao aborto e orações nas escolas.

Os posicionamentos dos ativistas americanos são, conforme os autores (doadores ou trabalhadores de campanha) mais liberais, pressionando a sociedade em questões como o aborto. Os ativistas que são doadores são mais economicamente conservadores, estando mais à direita da média considerando todos os eleitores. Os autores afirmam que há uma forte correlação entre as contribuições políticas, renda familiar e visões econômicas. De uma maneira geral a sociedade americana tende a ser mais conservadora em questões econômicas e mais liberal no que diz respeito a questões como aborto e direitos dos homossexuais.

Trazendo o debate para a América Latina e endossando Verba et al, que atribui uma maior participação no ativismo político para os cidadãos que se localizam nos extremos ideológicos, Ribeiro e Borba (2019), analisam o extremismo no Brasil de 2019 afirmando que resultou dos conflitos vividos no período e além de ocorrências violentas, o extremismo exerceu outros impactos nos padrões de ativismo.

Os que se localizaram à esquerda na cidade de São Paulo apresentaram uma predisposição maior ao ativismo e maiores chances de o fazerem eleitoralmente, em protestos e instituições participativas; enquanto a extrema direita tendeu à uma maior concentração no voto, nas instituições participativas e online. Uma das hipóteses dos autores busca saber se a combinação entre dogmatismo e extremismo ideológico tornou essa relação mais intensa no ano de 2019 no Brasil.

As variáveis dependentes reuniram várias modalidades da participação, como atitudes sobre o voto¹⁴, ativismo eleitoral, envolvimento em instituições participativas, participação em organizações da sociedade civil, ativismo de protesto e ativismo online.

¹⁴ Se o eleitor continuaria votando caso o voto se tornasse facultativo.

As variáveis independentes foram Extremismo Ideológico¹⁵, onde o valor máximo na escala de sete pontos representa extrema direita e o mínimo extrema esquerda sendo de 2 a 6 classificados como moderados. As outras variáveis foram ‘fechamento ao diálogo’ (como medida do dogmatismo) e ‘rigidez de opinião’. Os resultados apontam que há uma ordem hierárquica no percentual, atribuindo maior ocorrência do ativismo online que demanda baixos custos, no entanto na cidade de São Paulo apenas 10% compartilharam sobre política e 8,7% acessou sites de partidos e movimentos e 12% participaram em grupos cujas discussões eram políticas. Dessa forma o total de 34% de engajamento, indica o ativismo online de São Paulo.

Em relação ao envolvimento em organizações da sociedade civil, 27% confirmaram participação (média acima da nacional identificada pelo IBGE), enquanto o ativismo de protesto, ativismo eleitoral e envolvimento em instituições participativas também foram maiores que as medias nacionais. A diferença das medidas locais e nacionais reduzem na análise das modalidades classificadas como institucionalizadas, pois o envolvimento em instituições participativas em 13,9% é compatível com os 8,6% apontados pelo ESEB. Da mesma forma o ativismo eleitoral e partidário apresentou um percentual de 14,9%.

Como foi demonstrado, os extremos do espectro estiveram associados nesses trabalhos à uma participação mais intensa, a direita participando ativamente através do comparecimento eleitoral e a esquerda através dos ativistas (no caso de São Paulo), o que retratou profundas diferenças entre as práticas dos grupos e a diferença nas taxas de comparecimento dos mesmos.

3.4 COMPARECIMENTO ELEITORAL E EXTREMISMO IDEOLÓGICO

A participação de uma forma geral e o impacto do posicionamento ideológico, foi explorada por alguns autores, bem como a íntima ligação desse conceito com o de comparecimento eleitoral, como Verba, Schlozman e Brady (2018). Poucos trabalhos, no entanto, se dedicam a uma compreensão exclusiva da participação que acontece através do comparecimento eleitoral e sua relação com o extremismo ideológico. O modelo do voluntarismo cívico é um bom começo para traçarmos esse caminho, já que se trata de

¹⁵ Variável categórica medida pela seguinte pergunta: Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, em qual das seguintes posições o (a) sr./sra considera que sua visão política melhor se encaixaria?

um dos mais importantes que considera a dimensão do comportamento individual como possibilidade de interpretação dos fenômenos participativos.

Contribuindo com a lacuna existente, Ribeiro e Borba (2020), adiciona o dogmatismo para compreender o extremismo na polarização do Brasil no ano de 2019, este trabalho é focado na compreensão da participação em protesto em decorrência do extremismo. Como foi demonstrado, os extremos do espectro estão associados à uma participação mais intensa, a direita participando ativamente através do comparecimento eleitoral e a esquerda através dos ativistas o que retratou profundas diferenças entre os grupos.

Ribeiro e Borba, mostram que distribuição do extremismo foi maior do que as do dogmatismo, sendo 2,9% a dimensão da extrema esquerda paulista e 4,7% a extrema direita e a grande maioria nas medidas moderadas. Os autores ressaltam que apesar disso, em nível nacional medido pelo LAPOP a extrema esquerda é bem maior. Em relação as variáveis de controle ou as atitudes em relação ao voto, a intenção de votar em contexto de facultatividade reduz entre as minorias étnicas. Somente a condição de extrema direita apresentou grande concentração na intenção de continuar votando, porém, adicionando o fator ‘fechamento ao diálogo’ há também uma redução na intenção de continuar votando.

O extremismo de esquerda mostrou uma forte relação com as variáveis independentes e também a abertura ao diálogo e dogmatismo não se mostraram relevantes, no entanto combinado com o perfil de esquerda a abertura ao diálogo se potencializa, considerando esses fatores isoladamente, mas some considerando o modelo completo, levando os autores a concluírem que *“trata efetivamente do efeito direto do extremismo ideológico sobre o ativismo eleitoral”* (p.28).

Até o momento, são poucos os trabalhos encontrados que tenham o mesmo interesse em compreender os efeitos do extremismo ideológico no comparecimento eleitoral. Como o artigo apresentado encontrou de forma significativa esse impacto do extremismo no ativismo eleitoral, na cidade de São Paulo no ano de 2019, consideramos importante o trabalho em um banco de dados maior, mais abrangente, que possa talvez, mostrar se existe esse mesmo impacto em outras regiões, mas nos níveis de comparecimento eleitoral.

4 DADOS E MÉTODOS

4.1 PROBLEMA E HIPÓTESE

Tendo em vista a revisão teórica que apresenta o conceito dos extremos ideológicos, do extremismo e do comparecimento eleitoral, a presente pesquisa se depara com seu problema principal: indivíduos auto localizados nos extremos ideológicos (extrema esquerda ou extrema direita) ou que se posicionam de maneira extremada em temas políticos relevantes seriam mais ativos em termos eleitorais do que indivíduos moderados? Como esses padrões se manifestam em contextos de obrigatoriedade ou não obrigatoriedade de comparecimento?

Nossa primeira hipótese é que em razão das suas posições fortes, acompanhadas de maior interesse por política e busca por informações, os indivíduos que se posicionam nos extremos ideológicos tendem a ser mais ativos em termos eleitorais do que os moderados.

A segunda hipótese é que a obrigatoriedade do comparecimento eleitoral expresso na legislação do país se relaciona com o extremismo, de forma que o torna maior em países onde o voto é facultativo, já que intuitivamente, o que levaria os eleitores as urnas nesses casos não seria a legislação.

4.2 DADOS

Os dados utilizados são do LAPOP 2018/2019 que é uma das principais referências em pesquisas de opinião pública que utilizam questionários como método e é uma das mais significativas e relevantes dentre as ferramentas de acesso às informações sobre os governos democráticos. Permite comparações de dados acerca de indivíduos, grupos ou países através de questionários como meio de coleta de dados. Segundo o documento de informações técnicas que é disponibilizado na internet juntamente com o banco de dados, os dados são de 2018/2019 é a oitava versão da pesquisa. O LAPOP, em

sua versão de 2018/2019, publicou em suas plataformas os resultados de uma pesquisa que contemplou 20 países, contando com 31050 entrevistas desenhadas, baseadas em amostras nacionais (LAPOP, 2019).

Os dados que utilizamos se referem a uma pequena parte da pesquisa amostral do LAPOP e serão analisados após uma consideração criteriosa das produções teóricas que desenvolvem os estudos da participação e incluem o comparecimento eleitoral como tal. No que diz respeito aos extremos ideológicos, todos os questionários aplicados tanto nos países onde o voto é obrigatório (Brasil e Argentina) como onde é facultativo (Chile e Colômbia)¹⁶, serão explorados no sentido de compreender como foram dispostas as perguntas medidoras do conceito e geradoras dos dados. No entanto, antes de um aprofundamento efetivo na dimensão empírica do presente trabalho, convém considerar que estudos como esse vem sendo amplamente produzidos e constituem uma tradição densa na Ciência Política, sobretudo nas democracias industriais desenvolvidas (RIBEIRO, BORBA E SILVA, 2015). O mesmo não aconteceu na América Latina, conforme diagnóstico feito por Fornos, Power e Garand (IDEM, p. 91).

4.3 UNIDADES NACIONAIS

Os países analisados serão o Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. Brasil e Argentina no bloco dos obrigatórios, Colômbia e Chile no dos Facultativos. De acordo com o manual de informações técnicas, o questionário rodado no Brasil entre 29 de janeiro e 3 de março de 2019 contou com a realização de campo feita pelo IBOPE representando o LAPOP com principal financiamento de Vanderbilt University e da USAID. Todos os questionários preenchidos foram feitos durante entrevistas que ao todo totalizaram 1498 indivíduos.

A pesquisa foi realizada nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul com um desenho baseado em estratificação e agrupamento. Cada um desses estratos foi dividido por tamanho de município e por áreas rurais e urbanas, de forma que os entrevistados foram postos em grupos de 6 nessas áreas. (p.2) Para fins de ajuste de proporção é importante a compreensão do número de amostras por região (estrato e

¹⁶ Foram selecionados apenas quatro países. Em dois deles o voto é obrigatório (Brasil e Argentina) e nos outros dois facultativo (Colômbia e Chile).

município): 216 entrevistas no norte, 335 no Nordeste, 216 no centro-oeste, 470 no sudeste e 252 no sul, com municípios classificados da seguinte forma: Mais que 100.000 habitantes; entre 25.000 e 100.000 habitantes e menos que 25.000 habitantes.

O segundo país, que compõe o bloco com voto obrigatório é a Argentina. No que tange ao questionário rodado neste país entre 16 de fevereiro a 2 de abril de 2019, foram realizadas 1332 entrevistas em áreas urbanas e 180 em áreas rurais. Ao todo foram 1528 formulários respondidos. Em relação as proporções por região, foi organizado da seguinte forma: 450 entrevistas no Região Metropolitana (Capital federal + GBA); 540 Pampeana (Centro + Prov. Bs. As); 144 em NEA, 198 em NOA, 72 na Patagônia e 108 em Cuyo, cujo as respostas foram classificadas da seguinte forma: mais de 100.000 habitantes; entre 25.000 e 99.999 habitantes; entre 2.000 e 24.999 habitantes e menos de 2.000 habitantes.

Para fins de comparações posteriores à análise dos dados, tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, segue abaixo uma descrição semelhante, dos dados colhidos em ambientes onde o voto é facultativo. O primeiro deles é o Chile.

O questionário foi aplicado nesse país entre 19 de janeiro e 28 de março, enfatizando Santiago, com amostra probabilística nacional de eleitores, totalizando 1638 questionários respondidos. Os dados, considerando o volume, foram estratificados e agrupados em regiões: Norte, Centro, Metropolitano, Sul e Extremo Sul.

Iniciado em 10 de setembro de 2018 até 27 de dezembro do mesmo ano, a aplicação do questionário foi feita em Bogotá nos dias 16 e 17 de agosto com eleitores adultos, utilizando *um projeto de probabilidade de múltiplos estágios* que considera as principais regiões do país: Atlântica, Bogotá, Central, Oriental, Pacífica e o restante do país (o design da amostra não considera a ilha de San Andres).

Cada região foi classificada por tamanho municipal e por área urbana/rural da seguinte maneira: A região Atlântica com uma amostra de tamanho 288 e um total de 300 entrevistas; Bogotá, amostra de 264 e 309 entrevistas; Centro amostra de 360 e 380 entrevistas; região Oriental amostra de 288 e 337 entrevistas; Pacífico amostra de 264 e 285 entrevistas e finalmente o restante do país, uma amostra de tamanho 48 e 52 entrevistas. As regiões receberam a seguinte classificação em relação aos seus tamanhos: Mais de 100.000 habitantes (1085 entrevistas), entre 25.000 e 100.000 habitantes (299 entrevistas) e menos de 25.000 habitantes (279 entrevistas).

4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O principal conceito deste trabalho é o comparecimento eleitoral. Esse conceito como variável, assume centralidade em nossos processos metodológicos como medida dependente. Através do questionário disponibilizado pelo LAPOP, essa variável é captada através de uma pergunta com apenas duas possibilidades de resposta: sim ou não, portanto nossa variável independente é dicotômica. Nas quatro unidades nacionais a variável é a mesma, mudando apenas em alguns casos o ano da eleição, já que a última eleição do Brasil foi em 2018, a última incluída no LAPOP da Argentina foi em 2015; da Colômbia 2018 e do Chile em 2017.

Em função das relações entre participação política e ideologia expostas pela revisão teórica, o posicionamento ideológico foi escolhido como variável independente. As categorias de resposta estão ordenadas em uma escala de 1 a 10 e foram recodificadas da seguinte maneira: 1, 2, 3 e 4 representam esquerda, 5 e 6 representam o centro 7, 8, 9 e 10 representam a direita. Para a medida do extremismo ideológico, atribuímos à 1 e 2 o extremismo de esquerda e à 9 e 10 o extremismo de direita

Elencamos também, ao conjunto de variáveis componentes do modelo, duas variáveis de recrutamento que buscam mensurar o envolvimento do respondente em instâncias de participação não política. A primeira delas questiona sobre a frequência do indivíduo em instituições religiosas e a segunda busca saber se o indivíduo em questão participa de reuniões em associações de pais e mestres na escola ou colégio. Essas questões fazem parte de uma bateria de perguntas sobre a participação, no entanto as outras apresentam esferas que são necessariamente políticas, portanto ficaram de fora do nosso modelo. As duas questões são mensuradas em quatro níveis, dando as seguintes opções de resposta: uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano e nunca. Para medir a dimensão dos recursos no que diz respeito ao tempo livre, adicionamos também a situação laboral.

Em relação as variáveis de recurso, elencamos escolaridade e renda mensal. A escolaridade é captada através da pergunta: “Qual foi o último ano que o (a) sr./sra. Concluiu com aprovação?”, com 17 opções de resposta: 1º série do primário, 2º série do primário, 3º série do primário, 4º série do primário, 5º série do ginásio, 6º série do ginásio,

7º série do ginásio, 8º série do ginásio, 1º ano do colegial, 2º ano do colegial, 3º ano do colegial, 1º ano da universidade, 2º ano da universidade, 3º ano da universidade, 4º ano da universidade, 5º ano da universidade e 5º ano da universidade ou mais.

A segunda variável de recurso, a renda, foi colhida através da pergunta: “Em qual das seguintes categorias se encontra a renda mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?”. As respostas foram categorizadas da seguinte maneira: Sem renda, até R\$400,00, de R\$400,00 até R\$700,00, de R\$701,00 até 900,00, de R\$901,00 até R\$1000,00, de R\$1001,00 até R\$1100,00, de R\$1101,00 até R\$1200,00, de R\$1201,00 até R\$1300,00, de R\$1301,00 até R\$1500,00,, de R\$1501,00 até R\$1700,00. De R\$1701,00 até R\$2000,00, de R\$2001 até R\$2200,00, de R\$2201,00 até R\$2500,00, de R\$2501,00 ate R\$2900,00, de R\$2901,00 até R\$3700,00, de R\$3701,00 até R\$5600,00 e mais de R\$5600,00.

A organização do modelo ficou como se segue:

Quadro 1 – Variáveis dependente, independente e de controle

Dependente	<p>Comparecimento eleitoral:</p> <p>O (A) sr./sra. Votou no primeiro turno nas últimas eleições presidenciais de 2018?</p>
Independente	<p>Auto posicionamento Ideológico:</p> <p>Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o (a) sr./sra, onde o (a) sr./sra. Se situa nesta escala?</p>

De controle	<p>1) Qual foi o último ano ou série que o (a) sr./sra. Concluiu com aprovação?</p> <p>2) Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?</p> <p>(00) Sem renda</p> <p>(01) Até R\$400</p> <p>(02) De R\$400 até R\$700</p> <p>(03) De R\$701 até R\$900</p> <p>(04) De R\$901 até R\$1000</p> <p>(05) De R\$1001 até R\$1100</p> <p>(06) De R\$1101 até R\$1200</p> <p>(07) De R\$1201 até R\$1300</p> <p>(08) De R\$1301 até R\$1500</p> <p>(09) De R\$1501 até R\$1700</p> <p>(10) De R\$1701 até R\$2000</p> <p>(11) De R\$2001 até R\$2200</p> <p>(12) De R\$2201 até R\$2500</p> <p>(13) De R\$2501 até R\$2900</p> <p>(14) De R\$2901 até R\$3700</p> <p>(15) De R\$3701 até R\$5600</p>

	<p>(16) Mais de R\$5600</p> <p>3) Por favor, diga se o (a) sr./sra. Assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas ao ano, ou nunca</p> <p>a) Reuniões de alguma organização religiosa?</p> <p>b) Reuniões de associação de pais e mestres da escola ou colégio?</p> <p>c) Reuniões de um partido ou movimento político?</p> <p>Assiste... [Variável testada apenas no Brasil]</p>
--	--

FONTE: Autoral com informações do questionário do LAPOP 2018/2019

Como nossa variável é binária, o modelo escolhido foi o de regressão logística binária, que se trata de uma técnica estatística elaborada a partir de uma variável categórica com outras variáveis independentes diversas. Este modelo estatístico, oferece a chance de estimar a ocorrência de um impacto no eixo Y em função do eixo X (Fernandes, Filho, Rocha, Nascimento, 2020). Como na regressão logística a variável dependente tem apenas duas categorias, o comparecimento eleitoral foi recodificado para 0 representar a abstenção (não votou) e 1 representar o comparecimento (votou)

A partir disso buscamos prever o comparecimento ou a abstenção em função das variáveis dependentes e de controle. Este modelo será rodado em dois contextos institucionais distintos: No Brasil e Argentina onde há obrigatoriedade do voto e Colômbia e Chile onde o voto é facultativo. Buscamos com essa análise de dados verificar os efeitos do extremismo ideológico sobre o comparecimento eleitoral na América Latina comparando contextos de voto facultativo e obrigatório, partindo da hipótese de que em razão das suas posições fortes, acompanhadas de maior interesse por política e busca por

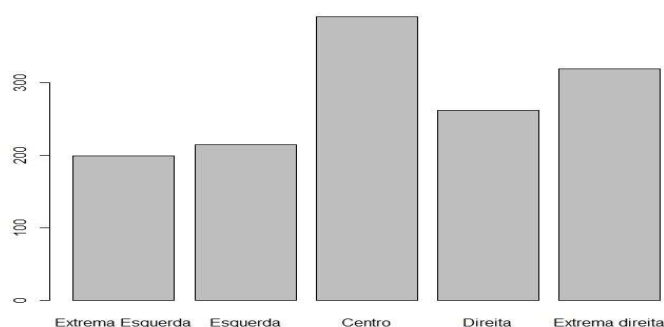
informações, os indivíduos que se posicionam nos extremos ideológicos tendem a ser mais ativos em termos eleitorais.

5.0 EFEITOS EM CONTEXTOS DE VOTO OBRIGATÓRIO

Analisamos as unidades nacionais escolhidas para representar o grupo dos países latino americanos onde o voto é obrigatório. Os países em questão são Brasil e Argentina. Iniciaremos essa seção com o Brasil, onde 76,84% responderam que sim, compareceram às urnas e 23,16% não compareceram.

Considerando o total de respondentes, sem discriminar se compareceu ou não, a variável ideologia se dividiu da seguinte forma: dos que apontaram 1, 2, 3 e 4 na escala ideológica se identificando com a esquerda foram 29,87%; dos que responderam entre 5 e 6 identificando-se com o centro foram 28,21% e os que se identificaram com a direita respondendo 7, 8, 9 e 10 foram 41,92% (os outros 7,47% não quiseram ou não puderam responder). Os que responderam 1, 2, 9 e 10, foram classificados como extrema esquerda e extrema direita, respectivamente, totalizando 37,38% de toda a amostra, como é possível observar na figura 3.

Gráfico 2– Ideologia no Brasil 2018



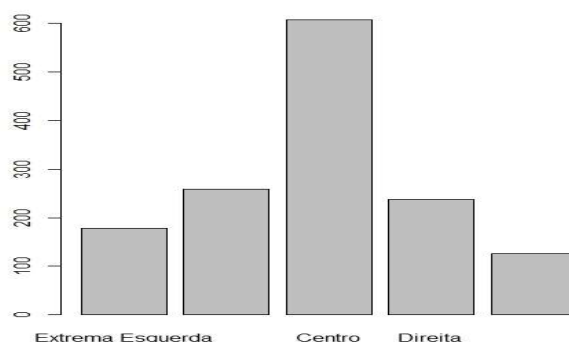
FONTE: Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor.

O resultado da regressão no Brasil apontou o valor estimado do intercepto de 0,22* (O intercepto se refere à nossa categoria de referência, já que o modelo foi

configurado para os posicionamentos de centro serem neutros), a classificação ideológica de direita também aparece com um valor estimado de 0,52 o que significa dizer que a identificação de direita reduz em 48% as chances do indivíduo comparecer. Nenhuma das outras variáveis se mostraram relevantes no Brasil, As variáveis de recurso como educação e renda, assim como a disposição psicológica do interesse por política não se mostraram estatisticamente relevantes.

No caso da Argentina, 82% compareceram para votar e 17,93% não compareceram. Os que se identificam como extrema esquerda correspondem a 12,6% e os que foram classificados como esquerda 18,35%. Representando a maior quantidade, os que foram classificados como centro correspondem a 43,17%. Dos que foram identificados como direita e extrema direita, correspondem a 16,85% e 8,96% respectivamente

Gráfico 3- Ideologia Argentina 2018/2019



FONTE: Dados do Lapop, elaboração do autor

Em relação aos resultados da regressão na Argentina, o intercepto foi pontuado em 0,18, ou seja, se identificar nas posições centrais da variável ideologia reduz em 82% as chances do fenômeno observado ocorrer, já que estamos tomando o centro como uma categoria neutra na variável ideologia.. O fato de se identificar como de extrema esquerda, não é um fator que se mostrou significativo, assim como nenhuma das categorias ideológicas. Somente na variável de recurso – renda – houve significância, com valor estimado de 0,96, o que por sua vez representa uma redução de 4% na taxa de comparecimento a cada nível da variável renda.

Tabela 1- Modelo explicativo do comparecimento eleitoral em contexto de obrigatoriedade

Preditores	Comparecimento eleitoral	Comparecimento eleitoral
	Razão de chances Brasil	Razões de chances Argentina
(Intercepto)	0,22* 0,17	0,18* 0,13
Ideologia - Extrema esquerda	0,77 0,24	1,27 0,28
Ideologia - Esquerda	0,71 0,20	0,86 0,19
Ideologia - Direita	0,52* 0,16	0,65 0,16
Ideologia - Extrema direita	0,91 0,23	0,71 0,22
Educação	0,96 0,03	0,97 0,02
Renda familiar mensal	0,95 0,02	0,96* 0,02
Interesse por política	1,05 0,10	1,03 0,08
Participação em instituição religiosa	1,16* 0,08	1,06 0,08
Participação a reuniões e associação de pais e mestres	1,14 0,12	1,06 0,09
Assistência a reuniões de um grupo de melhoras para a comunidade.	1,12 0,16	1,09 0,14
Assistência a reuniões de movimentos o partidos políticos	1,00 0,13	-
Observações	649	1247
R ² Tjur	0,042	0,016

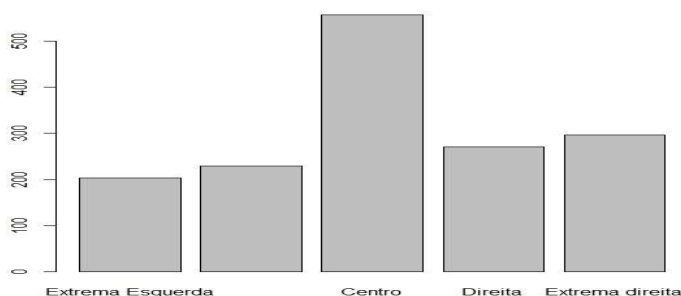
p* < 0,05 **p < 0,01 ***p < 0,001

FONTE: Dados do Lapop 2018/ 2019 elaboração do autor.

5.1 EFEITOS EM CONTEXTOS DE VOTO FACULTATIVO

A primeira unidade nacional do contexto de voto facultativo é a Colômbia. Neste país cerca de 66,97% responderam que sim ao serem questionados se compareceu às últimas eleições, enquanto 33,03% responderam que não, não compareceram. No que diz respeito a frequência da variável ideologia, cerca de 13,05% se identificaram como extrema esquerda, respondendo 1 e 2 na escala de 10 pontos. Os que responderam 3 e 4 identificados como de esquerda representam 14,73% e os que se identificaram como centro, 5 e 6, totalizam 35,76%. Por outro lado, os que responderam 7 e 8 classificados como direita foram 17,43% e extrema direita – que responderam 9 e 10, totalizaram 19,04%

Gráfico 4- Ideologia na Colômbia 2018/2019

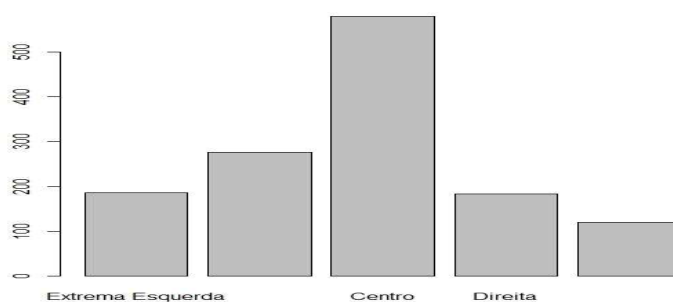


FONTE: Dados do Lapop, elaboração do autor

Os resultados da regressão na Colômbia, mostram um intercepto positivo de 0,07 e nenhuma significância nas categorias extrema esquerda, esquerda e direita. No entanto, em relação à extrema direita, com valor estimado de 0,62 o que convertido em porcentagem mostra uma redução de 38% nas chances do comparecimento ocorrer. As variáveis de recurso, renda e escolaridade, também não foram significativas neste contexto, diferente da disposição psicológica expressa no interesse por política que mostrou um impacto positivo de 1,42 o que representa um acréscimo de 42% a cada nível de interesse da variável. A participação em reuniões de pais e mestres, com valor estimado de 1,18, também mostra um aumento de 18% nas razões de chances do comparecimento eleitoral, conforme mostra a tabela 4.

Quanto ao Chile, nossa segunda unidade nacional do contexto de voto facultativo, 58,18% compareceram às urnas nas eleições, enquanto 41,53% não compareceram. Em relação à frequência da variável ideologia 13,83% foram classificados como de extrema esquerda, enquanto 20,53% como esquerda e 43% como centro. Por outro lado, 13,61% foram classificados como direita e 8,92% como extrema direita, da seguinte maneira:

Gráfico 5- Ideologia no Chile 2018/2019



FONTE: Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor

Tabela 2– Modelo explicativo do comparecimento eleitoral em contexto facultativo

Preditores	Comparecimento eleitoral	
	Razão de chances Colômbia	Razão de chances Chile
(Intercepto)	0,07*** 0,03	0,04*** 0,02
Ideología - Extrema Esquerda	0,89 0,17	0,92 0,18
Ideología - esquerda	0,85 0,16	0,83 0,14
Ideologia - direita	0,79 0,14	0,77 0,15

Ideologia – Extrema direita	0,62*	0,67
	0,12	0,17
Escolaridade	0,98	0,97
	0,02	0,02
Interesse por política	1,42***	1,45***
	0,10	
Renda mensal	0,99	0,98
	0,01	0,02
Participação em reuniões de uma organização religiosa	1,04	1,15*
	0,05	0,10
Participação em reuniões de associações de pais e mestres	1,18*	1,01
	0,08	0,07
Participação em reuniões de um grupo para melhora da comunidade	1,22	1,67***
	0,10	0,16
Observações	1292	1166
R2 Tjur	0,048	0,090

Fonte: Dados do Lapop 2018/2019 elaboração do autor.

No caso do Chile como já era esperado, o intercepto mostra uma grande concentração de respondentes que se identificam com as categorias que definem as ideologias mais centristas. Por outro lado, nenhuma das outras categorias da ideologia se mostraram significativas e da mesma forma as variáveis renda mensal e escolaridade. Somente interesse por política, participação em organização religiosa e em reuniões de grupo para melhora da comunidade foram apontados como significativos pelo modelo, com valor estimado de 1,45 (45% a cada nível de interesse), 1,15 (15% a cada nível de participação da variável), 1,67 (67% a cada nível) respectivamente.

5.2 COMPARAÇÃO DE EFEITOS

Cerca de 76,84% dos eleitores Brasileiros que participaram da amostra responderam que sim, compareceram às urnas e 23,16% não compareceram. No caso da Argentina, esse número é um pouco maior, cerca de 82,0% compareceram para votar e apenas 17,93% não compareceram. Na tabela abaixo temos o percentual brasileiro e argentino de cada identificação ideológica:

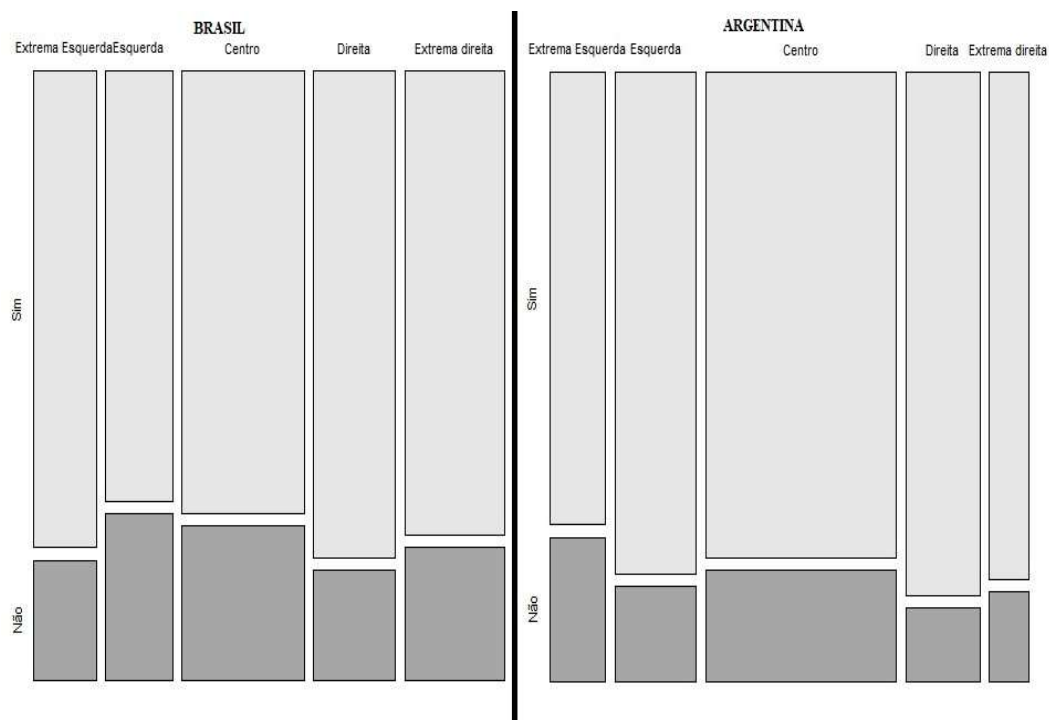
Tabela 3 - Percentual da identificação ideológica no contexto de voto obrigatório

POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO	BRASIL	ARGENTINA
EXTREMA ESQUERDA	14.36%	12.660%
ESQUERDA	15.51%	18.350%
CENTRO	28.21%	43.172%
DIREITA	18.90%	16.856%
EXTREMA DIREITA	23.02%	8.962%
TOTAL	100.00%	100.000%

FONTE: Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor, 2022

As abstenções são maiores entre a extrema esquerda argentina comparando com o Brasil e menores entre os que se identificam com a esquerda não extrema. Já em relação ao centro, os respondentes que responderam 5 e 6 na escala ideológica, também se abstém muito mais no caso do Brasil. De todas as identificações brasileiras, a direita foi a que mais compareceu nas eleições de 2018. O mesmo padrão ocorreu na Argentina. Como é possível observar, a extrema direita do Brasil é muito maior que a Argentina, representando 23,02% da amostra e estando entre as 3 identificações ideológicas que mais compareceram às urnas como é possível observar na figura 7.

Gráfico 6 Ideologia e comparecimento eleitoral em contexto de voto obrigatório



FONTE: Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor, 2022

Nosso modelo de regressão logística explica em alguma medida as razões que sustentam essas diferenças entre as variáveis escolhidas. As variáveis de recurso (renda mensal e escolaridade) impactam o comparecimento eleitoral em apenas uma das unidades nacionais do contexto de voto obrigatório (o caso da Argentina). No caso do Brasil, a identificação ideológica com a direita (não extrema) e a participação regular em organizações religiosas, constituem fatores explicativos importantes em nosso modelo. O posicionamento ideológico extremado não aparece como relevante em nenhum dos casos do contexto de voto compulsório.

Ao considerarmos o contexto onde o voto é facultativo, Colômbia e Chile respectivamente, temos diferenças significativas, ressaltando a importância do contexto. Na Colômbia, 66,97% compareceram às urnas nas últimas eleições, enquanto no Chile essa porcentagem cai para 58,18%. Abaixo temos um comparativo entre os percentuais de cada identificação ideológica.

Tabela 4 - Percentual identificação ideológica no contexto de voto facultativo

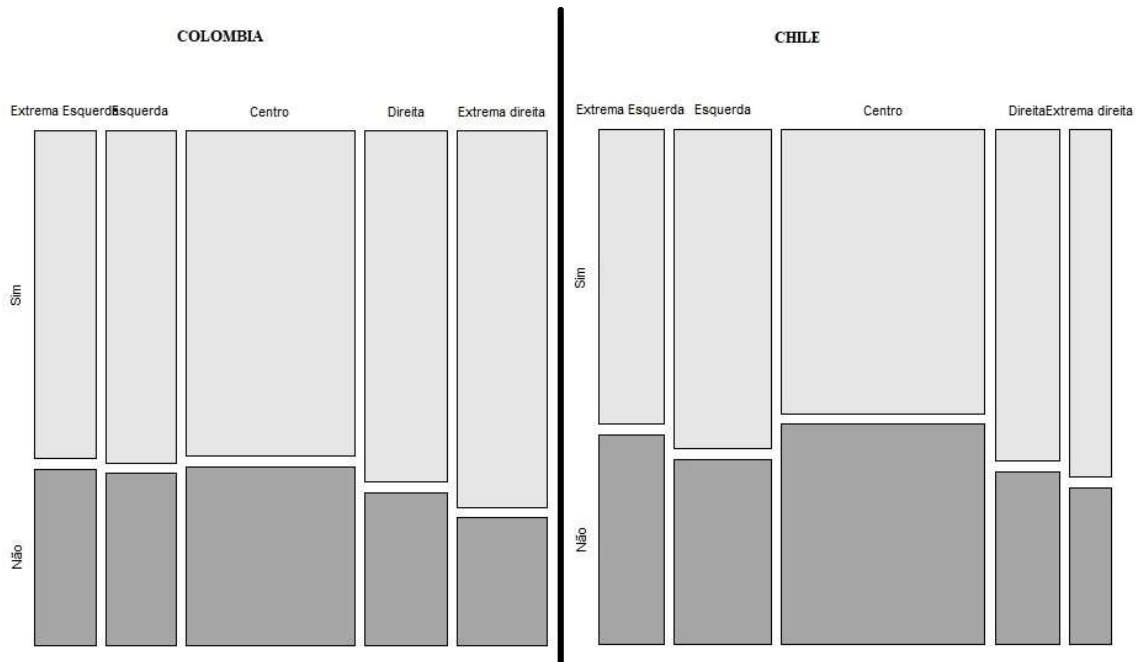
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO	Colômbia	Chile
Extrema esquerda	13,05%	13,83%
Esquerda	14,73%	20,53%
Centro	35,76%	43,08%
Direita	17,43%	13,61%
Extrema Direita	19,04%	8,92%
Total	100%	100%

FONTE: 1 Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor, 2022

Ao cruzarmos a variável comparecimento eleitoral com o posicionamento ideológico na Colômbia, é possível perceber que os que se identificaram com a extrema direita respondendo 9 ou 10, constituem o maior volume de comparecimento como é possível observar na figura 7. Além disso a identificação que mais se absteve foi o centro, de forma que a esquerda e extrema esquerda mantiveram padrões muito semelhantes. Da mesma forma, no caso do Chile a maior proporção de comparecimento também é da extrema direita e da direita e o centro conta com a maior taxa de abstenção, com pouca diferença da esquerda e da extrema esquerda.

De uma maneira geral, o que se observa é uma maior participação dos posicionamentos mais a direita com pouco ou nenhum destaque nas taxas dos posicionamentos mais a esquerda, estas ficando com um padrão muito semelhante das identificações que foram classificadas como centro do espectro ideológico. Na figura abaixo é possível observar esses padrões:

Gráfico 7 - Ideologia e comparecimento eleitoral em contexto de voto facultativo



FONTE: Dados do Lapop 2018/2019, elaboração do autor, 2022

No que tange aos resultados das regressões logísticas no contexto de voto obrigatório, observamos que os indícios de um impacto do extremismo ideológico de direita estão presentes no segundo contexto especificamente na Colômbia. Porém, no caso do Brasil, a categoria “direita” em 2018, já constituía também, um elemento merecedor de atenção, conforme mostram os resultados dos coeficientes. A renda familiar mensal como o único fator do modelo relevante para o comparecimento eleitoral argentino, difere da relação entre identificação ideológica de direita e participação em organizações religiosas como elementos explicativos do comparecimento eleitoral brasileiro.

Na Colômbia, o extremismo de direita é pontuado como um elemento de impacto no comparecimento eleitoral, associado a uma forte expressividade da variável interesse por política e participação civil em reuniões de associações de pais e mestres. De maneira diferente, o extremismo ideológico e nenhuma das identificações da variável ideologia, foram pontuadas como impactantes, diferente do interesse por política e participação em grupos para melhoras da comunidade representando a disposição psicológica e a participação voluntária na sociedade civil.

6.0 Conclusões

Ao analisar a teoria sobre participação política, é impossível não se atentar mais demoradamente aquela participação que acontece pelas vias institucionais com maior adesão por se tratar do caminho menos custoso para o cidadão: o comparecimento eleitoral, estudado de maneira ampla em diversas regiões do mundo. Mais frequentemente, esta reflexão na América Latina se depara com a obrigatoriedade ou facultatividade do comparecimento, constituindo um fator estruturante desse fenômeno. Paralelo ao comparecimento eleitoral e ligado ao mesmo, há um debate no mundo acerca de um comportamento eleitoral polarizado, ao mesmo tempo que se visualiza o risco do extremismo como consequência desse processo.

A participação política vista nesses termos se insere de certa maneira na chave interpretativa da luta de classes, já que democraticamente, o comparecimento eleitoral é a alternativa menos custosa e acessível de promoção de mudanças ligadas às evoluções sociais e transformações. A outra alternativa seria o extremismo que classicamente é visto de maneira negativa, mas podemos observar ao longo da revisão de literatura que as formas de participação revolucionárias são variadas, ou seja, especulamos que a autoidentificação extrema, pudesse estar ligada à uma maior participação, considerando as diferenças do contexto institucional.

Diante da carência de estudos dessa natureza na América Latina, e também diante do grande número de países com o mecanismo da obrigatoriedade eleitoral, nos atentamos ao Brasil, Argentina, Colômbia e Chile como representantes dos dois contextos por se tratarem das maiores democracias do território latino americano. Buscamos compreender exatamente, se o posicionamento ideológico associado à fatores secundários de posicionamentos fortes acerca de questões econômicas e sociais, estão associados à uma maior participação através do comparecimento eleitoral.

A escolha desses fatores primários e secundários, se deu com base na exploração de uma extensa literatura que tem sua tradição estabelecida ao estudar países europeus e norte-americanos, que conforme verificado, proporciona a possibilidade de classificação desses fatores, diferenciando os que são de ordem individual e estrutural. O comparecimento eleitoral se insere nesta intersecção por se tratar de um ato individual que acontece coercitivamente, ou não, pelas vias das instituições.

Os anos de 2018 e 2019, período central dos dados utilizados no presente trabalho, marcou o Brasil pela ocorrência das eleições presidenciais, onde não foi verificado, pelo menos nos trabalhos revisados, nenhuma evidência estatística de polarização, embora em algumas regiões como São Paulo foi verificado o fenômeno do extremismo.

Nossa hipótese inicial, não se confirma no caso do Brasil, mas identificamos um indício importante, expresso na expressividade da identificação de direita e na participação religiosa. Diferente da Argentina, onde nenhum fator de recurso explica o comparecimento eleitoral nesta pesquisa. De maneira paralela, a Argentina verificava um crescimento e uma reinvenção da direita. Nesta unidade nossa hipótese inicial não se confirma, da seguinte maneira: Diferente do esperado, não é o extremismo ideológico que está influenciando o comparecimento eleitoral, nem de esquerda e nem de direita, embora a literatura identifique um crescimento da direita Argentina, o que dá força para nossa hipótese secundária.

Como foi possível verificar ao longo deste trabalho há uma diferença muito grande nas taxas de comparecimento entre os dois contextos institucionais. Pelo lado dos países onde o voto é obrigatório as dimensões de cada identificação ideológica não sugerem uma polarização perfeita, já que no caso do Brasil as identificações ideológicas extremadas de direita são maiores que o de esquerda e as posições mais moderadas permanecem tendo as maiores porcentagens. Já no caso da Argentina essa distribuição dos percentuais mostra uma semelhança de tamanho entre direita e esquerda, mas os posicionamentos moderados permanecem sendo ainda a maior parte da amostra.

A princípio, o fator institucional parece constituir o principal motivo da diferença na afluência nos dois contextos, no entanto, vimos que outros fatores estão relacionados de maneira poderosa com essa questão: Além da participação voluntária estar levando as pessoas para as urnas, o interesse por política também é um fator que está levando os eleitores chilenos e cubanos ao comparecimento mesmo não sendo obrigados. O que essa descoberta sugere é que há algo nas dinâmicas ideológicas que age de maneira coercitiva levando esses eleitores à participação e que para parte da população Cubana e Chilena o comparecimento eleitoral é de fato a forma de participação que menos demanda recurso como renda e educação, exigindo disposição psicológica representada pelo interesse por política.

No primeiro caso, no contexto de voto obrigatório, o elemento do interesse por política não aparece como relevante exatamente porque existe uma legislação, onde o

eleitor é coagido a comparecer independente de suas aspirações individuais. No segundo caso, no contexto de voto facultativo, o elemento de interesse por política é significativo e mesmo com a desobrigação legal do comparecimento, parte (muito pequena) da população comparece, de maneira oposta do primeiro contexto.

A obrigatoriedade do voto parece elevar de fato a taxa de participação, contudo não interfere na qualidade desta participação já que as motivações verificadas encontram sua maior explicação na própria obrigatoriedade. Quando o eleitor comparece, no segundo contexto, ainda que com pouco ou nenhum interesse pela política, o faz talvez, por estar imerso na dinâmica ideológica. É possível que tenha compreendido o que está em jogo e de que maneira as eleições se inserem na lógica de interesses.

Os resultados encontrados não se opõem à literatura revisada já que no caso do Brasil, cujas eleições de 2018 não tiveram definições estabelecidas de polarizadas, não se verificou uma influência do extremismo ideológico conforme questiona nossa hipótese, apesar de identificar uma influência da identificação de direita. Já no caso da Argentina, onde se verifica um crescimento da extrema direita, somente a renda mensal constitui força regente das taxas de comparecimento eleitoral.

Nossas principais conclusões, talvez não sejam respostas, como imaginávamos, mas sim perguntas. O que esta pesquisa evidencia é a necessidade de pensar o mecanismo da obrigatoriedade como uma solução quantitativa, mas não qualitativa, já que sua ocorrência, ou sua grande adesão não está ligada a um interesse genuíno do cidadão.

O extremismo de esquerda, por exemplo, nos países onde o voto não é obrigatório, tem retirado pessoas das urnas e elevado a taxa de abstenção, de acordo com a literatura a esquerda tradicionalmente, participa por outras vias.

A questão da luta de classes, ou ainda da luta por recursos, deixa de ser pano de fundo para ficar ainda mais evidente no debate acerca da legitimidade das eleições e a adesão do sistema democrático para além da obrigação. Uma das maiores necessidades que se evidenciam aqui é a de compreender o sistema eleitoral de cada uma dessas unidades e também o sistema partidário como expressão ideológica. Como este foi um estudo da opinião do público latino americano, todas as perguntas nos levarão para o estudo da classe dominante e de como estão exercendo essa dominação.

BIBLIOGRAFIA

Abramowitz, Alan and Saunders, Kyle (2005) "Why Can't We All Just Get Along? The Reality of a Polarized America," *The Forum*: Vol. 3: Iss. 2, Article 1.

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D. J., and Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*, Harper, New York
BARNES, Samuel H. et al. *Political action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979

Barberia, Lorena G. *Desenho de pesquisa em política comparada / Lorena G. Barberia*. -- Brasília: Enap, 2019

Alejandro Moreno. *Political Cleavages: Issues, Parties, and the Consolidation of Democracy*. Boulder: Westview Press, 1999.

ALCANTRA E FREIDENBERG, *Partidos políticos na América Latina* (2002).

ALMEIDA Fabio Chang, *A "Nova" Extrema-Direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina*, 2012.

Baker, Edwin. 2005. *America's Crisis of Values: Reality and Perception*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press
Baldassarri D, Gelman A. 2007. *Partisans without constraint: political polarization and trends in American public opinion*.

Barker, Edwin. 1963. *Authoritarianism of the political right, center and left*. *Journal of Social Issues*, 19(2): 63-74.

BARNES, KAASE, 1979, *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*.

BIRCH, S. *Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

BLAIS, A.; GALAIS, C. *Beyond rationalization: Voting out of duty or expressing duty after voting?*. *International Political Science Review*, 26, 2014

BLAIS, A. *What Affects Voter Turnout?*. *Annual Review of Political Science*, vol. 9, 2006, p. 111-125

Bobbio, Norberto, 1909 - *Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino*; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral

João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília :Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v

BORBA, GIMENES E RIBEIRO, 2015, Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo Brasileiro.

COOPEDGE Michael, A Classification of Latin American Political Parties, 1997.

Borges, André e Vidigal, Robert. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24(1), 53-89.

BRADY, Henry E. Political participation. In: ROBINSON, John. P. (Ed.). *Measures of political attitudes*. San Diego, CA: Academic Press, 1999

Carreras, m.; Castaneda-angarita, n. recurso dos eleitores e participação eleitoral da américa latina. *em debate*, 4(3), 2012, p. 25-40

Conway, Lucian et. al. 2015. Are conservatives really more simple-minded than liberals? The domain specificity of complex thinking. *Political Psychology*, 37(6): 777-98.

DALTON, Russel J.; SICKLE, Alix Van; WELDON, Steven. The individual-institutional nexus of protest. *British Journal of Political Science*, Cambridge, UK, n. 40, p. 51-73, 2009

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DETH, 2001, *Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything?*

DETTREY, B.; SCHWINDT-BAYER, L. Voter Turnout in Presidential Democracies. *Comparative Political Studies*, 42 (10), 2009, pp. 1317-1338. ELECTRONIC DEMOCRACY: MOBILISATION, ORGANISATION AND PARTICIPATION VIA NEW ICTS”, Grenoble, 2001. Paper... Grenoble, 2001.

EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, Washington, D.C., n. 67, p. 11-28, 1973.

Evans JH.. *World in Views or social groups as the source of moral value attitudes: implications for the culture wars thesis*. *Sociol.For.* 12(3):371-404, 1997.

FARRÉ, 2016. La retórica de lo extremo en la ultraderecha chilena, HALLAZGOS / ISSN: 1794-3841 / Año 14, N.º 27 / Bogotá, D. C. / Universidad Santo Tomás / pp. 19-41

FERNANDES, FILHO, ROCHA, NASCIMENTO, Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística, Rev. Sociol. Polit., v. 28, n. 74, e006, 2020

Fiorina, M. P. (1990) 'Information and Rationality in Elections', in J. Ferejohn and J. Kuklinski (eds), Information and Democratic Processes. Urbana IL: University of Illinois Press, pp. 329–42.

FORNOS, A. C.; POWER, T.; GARAND, J. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. Comparative Political Studies, 37 (8), 2004, p. 909-940.

FIORINA, ABRANS, Political Polarization in the American Public, Annu. Rev. Polit. Sci. 2008.11:563–588

GALLEGO, A.; RICO, G.; ANDUIZA, E. 2001, Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. Electoral Studies, 31 (1), 2012, p. 159-169.

GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. Electoral Studies, 25, 2006a, pp 637-663

GERBER, GREEN and LARIMER, Social Pressure and Voter Turnout: Evidence from a Large-Scale Field Experimentm American Political Science Review , Volume 102 , Issue 1 , February 2008 , pp. 33 – 48

GIDDENS, A. (1998). The third way: The renewal of social democracy. Cambridge, England: Polity Press.

GOLDBERG, L. R. (1992). The development of markers for the Big-Five factor structure. Psychological Assessment, 4(1), 26–42

Grofman, B. (1993) 'Is Turnout the Paradox That Ate Rational Choice Theory?', in B. Grofman (ed.), Information, Participation & Choice: An Economic Theory of Democracy in Perspective. Ann Arbor MI: University of Michigan Press, pp. 93–103

GURR, Ted Robert. Why men rebel. Princeton: Princeton University Press, 1970.

Himmelfarb G. in *One Nation, Two Cultures*. New York: Vintage Books Holsti O. 2004. *Public Opinion and American Foreign Policy*. Ann Arbor: Univ. Mich. Press. Rev. ed. 2001.

HOBEIN, JONH, RANGEL AND MARCOS, in *Does Voting Have Upstream and Downstream Consequences? Evidence from Compulsory Voting in Brazil* (July 13, 2016). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2809382> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2809382>

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975

Inglehart, Baker in *Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values*. *Am. Sociolo. Rev.* 65(1): 19-5, 2000

JOST, GLASER, KRUGLANSKI, SULLOWAY, *Political Conservatism as Motivated Social Cognition*, *Psychological Bulletin*, 2003, Vol. 129, No. 3, 339–375

Kedem, Peri; Bilu, Amos e Cohen, Zila. 1987. *Dogmatism, Ideology, and Right-Wing Radical Activity*. *Political Psychology*, 8(1): 35-47.

Lehman, Schlozman, Verba e Brady (2012), *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*

LIPSKY, Michael. *Protest as a resource*. *The American Political Science Review*, Washington, D.C., v. 62, p. 1144-58, 1968

LOVEMAN, Mara. *High-risk collective action: defending human rights in Chile, Uruguay, and Argentina*. *American Journal of Sociology*, Chicago, n. 104, p. 477–525, 1998.

MARTINZ, PÉREZ, 2021. *Nuevas Derechas em Colombia, Analisis*.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Resource mobilization and social movements*. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, p. 1212–1214, 197.

MEDEIROS, M.; NOËL, A. “The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies”. *Comparative Political Studies*, vol. 47, n° 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MEYER, David S. Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 30, p. 125-145, 2004.

Michael Coppedge, 1997. A CLASSIFICATION OF LATIN AMERICAN POLITICAL PARTIES, in Kellogg Institute - The Helen Institute for international Studies.

MILBRATH, Lester W. Political participation: how and why do people get involved in politics? Chicago: Rand McNally, 1965.

Miguel Carreras, Yasemin İrepoğlu, Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America, 2013

Nicolau, Jairo. Sistemas eleitorais/ Jairo Marconi Nicolau - 5. ed rev e atual - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 112p.

NORRIS, Pippa. Democratic phoenix: political activism worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

OKADO, Lucas 2018.VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

PIZZORNO, Alessandro. Condizioni della partecipazione politica. In: PIZZORNO, Alessandro. Le radici della politica assoluta. Milano: Feltrinelli, 1966

PERES, 2008, Comportamento ou Instituições? A evolução histórica no neo-institucionalismo, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 23 No 54 . 68

RIBEIRO E BORBA (2013), PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, EXTREMISMO IDEOLÓGICO E DOGMATISMO, Revista Teoria & Pesquisa, v. 29, n. 2, 2020, p. 13-40.

RIBEIRO E BORBA, (2020), Antipartidarismo e tolerância política no Brasil.

RIBEIRO, BORBA E SILVA, 2015, Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada.

ROKEACH, Milton in *The Open and Closed Mind*. New York: Basic Books, 1960

Sartori, Giovanni. 1976. Parties and Party Systems: A Framework for Analysis (Cambridge: Cambridge University Press).

SCHLOZMAN, LEHMAN, 1946, *Unequal and Unrepresented: Political Inequality and the People's Voice in the New Gilded Age*.

Schlozman, Brady, and Verba 2018, *Unequal and Unrepresented: Political Inequality and the People's Voice in the New Gilded Age*.

Silva, Rafael da ; GIMENES, Éder Rodrigo ; BORBA, Julian ; RIBEIRO, EDNALDO A. . Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*, v. 23, p. 64-81, 2014.

SILVA, 2016, *COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos*.

SUEDFELD, P., TETLOCK, P. E., & STREUFERT, S. (1992). Conceptual/integrative complexity. In C. P. Smith, J. W. Atkinson, D. C. McClelland, & J. Veroff (Eds.), *Motivation and personality: Handbook of thematic content analysis* (pp. 393–400). Cambridge University Press.

TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, José R. Montero; WESTHOLM, Anders (Ed.). *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*. London: Routledge, 2007

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995

VERBA, SCHLOZMAN E BRADY (2018), *Unequal and Unrepresented: Political Inequality and the People's Voice in the New Gilded Age*.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York: Harper & How, 1972

VAN DETH, Jan W. Studying political participation: towards a theory of everything? 2001 In: EUROPEAN CONSORTIUM FOR POLITICAL RESEARCH: WORKSHOP

WEBSTER, ABRAMOWITZ, *The Ideological Foundations of Affective Polarization in the U.S. Electorate*, *American Politics Research* 1 –27 The Author(s) 2017

WEITZ-SAPIRO E WINTERS, 2011, *The Link Between Voting and Life Satisfaction in Latin America*.


```
### BRASIL
```

```
###
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
recode(as.factor(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2), 1 <- 1, 0 <-  
2)
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
relevel(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "0")
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
as.factor(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
recode(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "Sim" <- 1, "Não" <-  
0)
```

```
###
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
as.factor(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
recode(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Extrema Esquerda" <-  
c(1, 2), "Esquerda" <- c(3, 4), "Centro" <- c(5,6),"Direita" <- c(7, 8), "Extrema direita"  
<- c(9, 10))
```

```
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
relevel(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Centro")
```

```
###
```

```
compbr <- glm(vb2 ~ 11 + ed + q10new + pollexp + cp6 + cp7 + cp8 + cp13, data =  
Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W, family = binomial(link = logit))
```

```
summary(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
```

```

levels(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
levels(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
summary(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
tab_model(compbr, show.ci = F, auto.label = T, show.se = T, collapse.se = T,
wrap.labels = 60, p.style = "star")
summary(compbr)
coefplot(compbr, intercept = F)

plot(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
table(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
CrossTable(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
freq(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
freq(Brazil_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)

### ARGENTINA

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-
as.factor(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-
recode(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Extrema
Esquerda" <- c(1, 2), "Esquerda" <- c(3, 4), "Centro" <- c(5,6),"Direita" <- c(7, 8),
"Extrema direita" <- c(9, 10))

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-
relevel(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Centro")

summary(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-
recode(as.factor(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2), 1 <- 1,
0 <- 2)

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-
relevel(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "0")

```



```

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-
as.factor(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)

Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-
recode(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "Sim" <- 1,
"Não" <- 0)

summary(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)

comparg <- glm(vb2 ~ l1 + ed + q10new + pol1 + cp6 + cp7 + cp8 , data =
Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W, family = binomial(link =
logit))

tab_model(comparg, show.ci = F, auto.label = T, show.se = T, collapse.se = T,
wrap.labels = 60, p.style = "star")

summary(comparg)

coefplot(comparg, intercept = F)

plot(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
freq(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
freq(Argentina_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)

##### COLOMBIA

Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11 <-
as.factor(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11)

Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11 <-
recode(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11, "Extrema
Esquerda" <- c(1, 2), "Esquerda" <- c(3, 4), "Centro" <- c(5,6),"Direita" <- c(7, 8),
"Extrema direita" <- c(9, 10))

Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11 <-
relevel(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$11, "Centro")

```

```
summary(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2)
```

```
Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2 <-  
recode(as.factor(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2), 1 <- 1,  
0 <- 2)
```

```
Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2 <-  
relevel(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2, "0")
```

```
Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2 <-  
as.factor(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2)
```

```
Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2 <-  
recode(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2, "Sim" <- 1, "Não"  
<- 0)
```

```
summary(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2)
```

```
compacol <- glm(vb2 ~ l1 + ed + q10new + pol1 + cp6 + cp7 + cp8, data =  
Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W, family = binomial(link =  
logit))
```

```
tab_model(compacol, show.ci = F, auto.label = T, show.se = T, collapse.se = T,  
wrap.labels = 60, p.style = "star")
```

```
summary(compacol)
```

```
coefplot(compacol, intercept = F)
```

```
freq(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$l1)
```

```
freq(Colombia_LAPOP_AmericasBarometer_2018_v1_0_W$vb2)
```

```
## CHILE
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
as.factor(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11)
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
recode(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Extrema Esquerda" <-  
c(1, 2), "Esquerda" <- c(3, 4), "Centro" <- c(5,6),"Direita" <- c(7, 8), "Extrema direita"  
<- c(9, 10))
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11 <-  
relevel(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$11, "Centro")
```

```
summary(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
```

```
summary(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
recode(as.factor(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2), 1 <- 1, 0 <-  
2)
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
relevel(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "0")
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
as.factor(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
```

```
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2 <-  
recode(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2, "Sim" <- 1, "Não" <-  
0)
```

```
compachi <- glm(vb2 ~ l1 + ed + q10new + poll + cp6 + cp7 + cp8, data =  
Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W, family = binomial(link = logit))
```

```
tab_model(compachi, show.ci = F, auto.label = T, show.se = T, collapse.se = T,  
wrap.labels = 60, p.style = "star")
```

```
summary(compachi)
```

```
coefplot(compachi, intercept = F)
```

```
freq(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$l1)
```

```
freq(Chile_LAPOP_AmericasBarometer_2019_v1_0_W$vb2)
```

